



REFORMA TRABALHISTA

Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, discute mudanças na legislação trabalhista com empresários goianos e leva subsídios da Fieg

CRESCER SEM MEDO

PACOTE AMPLIA BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

SESI GOIÁS

PRÁTICAS INOVADORAS REFLETEM EM PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA

MERCADO

SENAI E IEL LIDERAM RANKING DO POP LIST

ANO 64 / Nº 273 / DEZEMBRO 2016

Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS



O aperto nas CONTAS PÚBLICAS

NOVO REGIME FISCAL VIRTUALMENTE CONGELA DESPESAS A PARTIR DE 2018, AO LIMITAR SUA VARIAÇÃO À INFLAÇÃO DO ANO ANTERIOR, PARA TENTAR RETOMAR O EQUILÍBRIO NAS FINANÇAS DO SETOR PÚBLICO

Para ser a marca
mais lembrada,
passamos por dois estágios.
Primeiro, na sua memória.
Depois, no seu peito.



IEL. Pelo 4º ano consecutivo a marca mais lembrada
na categoria Entidade de Encaminhamento para Estágio.

Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 273 / DEZEMBRO 2016

CRIAÇÃO DA FIEG

6 / O resgate histórico de um pioneiro da indústria, Gilson Alves de Souza



EMPREENDEDORISMO

20 / Projeto Crescer sem Medo injeta mais fôlego em micro e pequenas empresas

QUALIDADE DE VIDA

23 / Indústrias e Sesi Goiás inovam ações nas áreas de saúde e segurança do trabalho

INOVAÇÃO

26 / Senai Goiás lança novos laboratórios de automação e eletroeletrônica

AGRONEGÓCIO

29 / Programa de estágio do IEL contribui para aumentar produtividade no campo

COMÉRCIO EXTERIOR

32 / Patentes, tributação e novos acordos comerciais na mira de empresários do Brasil e da Alemanha

MEMÓRIA

36 / Aos 40 anos, Poligráfica reforça apostas no segmento de livros didáticos

MADE IN GOIÁS

37 / Termopot investe em novos produtos e desenvolve programa de capacitação permanente de pessoal

GENTE DA INDÚSTRIA

42 / Em noite de glamour, aluna goiana de curso técnico em vestuário brilha no Senai Brasil Fashion

GIRO PELOS SINDICATOS

45 / Promoções, debates e ações em defesa das indústrias



O aperto nas CONTAS PÚBLICAS

Shutterstock

CAPA

10 / Polêmico desde seu lançamento, o projeto de um novo regime fiscal, que fixa a inflação como teto para a variação das despesas do setor público, ganha apoio incondicional dos empresários e das entidades que representam o segmento. A aposta é que, sanadas as contas públicas, estarão dadas as condições para a retomada do crescimento e dos investimentos, trazendo queda da inflação e, em seguida, redução das taxas de juros.

No artigo **Frear gastos é preciso!**, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, considera "emblemática" a proposta que define limite para os gastos públicos, classificada por ele como "revolução fiscal" num País "acostumado à ganância do dinheiro público". A retomada do controle fiscal contribuirá, prossegue Pedro Alves, para resgatar a confiança empresarial, abrindo caminho ainda para as reformas política, trabalhista e da Previdência.



Alex Malheiros

REFORMA TRABALHISTA

Em busca de consenso

18 / Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, reúne-se com empresários goianos, na Casa da Indústria, defende negociação para construir a reforma trabalhista e leva propostas da Fieg sobre o tema.

OPINIÃO

35 / No artigo **A Câmara que Queremos**, o presidente do Sindilojas-GO, José Carlos Palma Ribeiro defende o exercício com seriedade do mandato do vereador, cujo "chefe, o eleitor, está mais atento e exigente".

A diretora de Educação e Tecnologia do Sesi e Senai, Ivone Maria Elias Moreyra, analisa a MP 746, que propõe reforma do Ensino Médio.

EDUCAÇÃO

41 / Senai e IEL dominam ranking do Pop List; Sesi vence festival de robótica





SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias
do Estado de Goiás

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira
Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro
Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Pedro Alves de Oliveira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de
Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves
Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor: Carlos Alberto de Paula Moura Jr.
Superintendente: Dayana
Costa Freitas Brito

Diretores

Sandro Antônio Scodro Mabel
Otávio Lage de Siqueira Filho
José Nivaldo de Oliveira
Jaime Canedo
Pedro Silvério Pereira
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
João Essado
Elvis Roberson Pinto
Sílvio Inácio da Silva
Eliton Rodrigues Fernandes
Olympio José Abrão
Carlos Roberto Viana
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
José Antônio Vitti
José Luiz Martin Abuli
Wellington Soares Carrijo
Álvaro Otávio Dantas Maia
Jair Rizzi
Robson Peixoto Braga
Edilson Borges de Souza
José Divino Arruda
Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Eduardo Cunha Zuppani
Mário Renato Guimarães de Azeredo
Emílio Carlos Bittar
Antônio Benedito dos Santos
Leopoldo Moreira Neto

Conselho fiscal

Célio Eustáquio de Moura
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Orizomar Araújo Siqueira

Conselho de representantes junto à CNI

Pedro Alves de Oliveira
Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alexandre Araújo Moura
Alexandre Baldy de Sant'anna Braga
Álvaro Otávio Dantas Maia
Alyson José Nogueira
Antônio Alves de Deus
Antônio Benedito dos Santos
Antônio Humberto Alves de Sousa
Bruno Franco Beraldi Coelho
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Roberto Viana
Célio Eustáquio de Moura
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Cunha Zuppani
Eduardo José de Farias
Eliton Rodrigues Fernandes
Elvis Roberson Pinto
Enoque Pimentel do Nascimento
Emílio Carlos Bittar
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Flávio Santana Rassi
Gilberto Martins da Costa
Hélio Naves
Heitor de Oliveira Neto
Heribaldo Egidio
Ian Moreira Silva
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jaques Jamil Silvério
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Joana D'Arc da Silva
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Romualdo Maranhão
Laerte Simão
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Antônio Gonçalves Fidelis
Luiz Antônio Vessani
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Rêzio
Marley Antônio Rocha
Olavo Martins Barros
Orizomar Araújo de Siqueira
Otávio Lage de Siqueira Filho
Paulo Lobo de Araújo Júnior
Paulo Sérgio de Carvalho Castro
Pedro Alves de Oliveira
Pedro de Souza Cunha Júnior
Plínio Boechat Lopes
Roberto Elias de Lima Fernandes
Robson Peixoto Braga

Sandro Antônio Scodro Mabel
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente: Heribaldo Egidio

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Pedro Silvério Pereira

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente: Célio Eustáquio de Moura

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente: Olympio José Abrão

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente: Jaime Canedo

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente:
Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente:
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Leandro Almeida

Conselho Temático de Desenvolvimento Urbano

Presidente: Ilézio Inácio Ferreira

Câmara Setorial de Mineração

Presidente: Wilson Borges

Câmara Setorial da Indústria da Construção

Presidente: Sarkis Nabi Curi

DIRETORIA DA FIEG (2015-2018)

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-presidente: Wilson de Oliveira

2º Vice-presidente:
Antônio de Sousa Almeida

3º Vice-presidente:
Gilberto Martins da Costa

1º Diretor Secretário:
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

2º Diretor Secretário: Heribaldo Egidio

1º Diretor Financeiro:
André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Diretor Financeiro: Hélio Naves

EXPEDIENTE

Goiás Industrial
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção
José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo
Geraldo Neto

Edição
Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem
Andelaide Lima, Célia Oliveira,
Daniela Ribeiro, Nathalya Toalieri e

Janaina Staciari e Corrêa

Colaboração
Wellington da Silva Vieira
Adriana Moreno

Fotografia
Alex Malheiros

Projeto gráfico
Jorge Del Bianco

**Capa, ilustrações,
diagramação e produção**
Jorge Del Bianco
DC Design Gráfico e Comunicação

Impressão
Gráfica Kelps

Departamento Comercial
(62) 3219-1720

Redação e correspondência
Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco,
Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62) 3229-2975
Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

**As opiniões contidas em artigos assinados
são de responsabilidade de seus autores e não
refletem necessariamente a opinião da revista**



Frear gastos é preciso!

Desde que foi anunciada pelo governo federal e aprovada na Câmara dos Deputados, a PEC 241 (agora em tramitação no Senado, sob denominação de PEC 55) tem provocado acalorado debate em todo o Brasil, pela magnitude da medida. Após a superação da crise política que havia paralisado o País por mais de um ano, com consequências nefastas para todos, o governo Temer agiu rápido e oportunamente. Antes havia anunciado o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), destinado a reaquecer a economia, em recessão, e estimular a criação de empregos.

Mas faltava o que se pode considerar revolução fiscal em um País acostumado à ganância do dinheiro público. A proposta de emenda constitucional estabelece teto às despesas, cuja expansão, durante 20 anos, ficará limitada à inflação do ano anterior. O Brasil precisa desse divisor de águas, capaz de levar à retomada do desenvolvimento.

Na semana que antecedeu o início da histórica votação no Congresso, nada menos do que nove confederações empresariais, inclusive nossa CNI/Fieg, se dirigiram em manifesto aos parlamentares pela aprovação da proposta, com um argumento cabal: “O desajuste nas contas públicas desorganiza a economia, é combustível para a inflação, inibe os investimentos, causa a quebra generalizada de empresas e impede o crescimento. Esse descontrole é um dos grandes motivos do desemprego recorde, que atinge 12 milhões de pessoas.”

Com caixas quebrados País afora, em alguns casos sem dinheiro até para pagar funcionários, os governos em todas as esferas precisam fortalecer a economia e não podem pensar na solução de problemas focando, de forma simplista e irresponsável, o aumento de impostos, como historicamente ocorre. Até porque hoje isso seria tirar água de pedra, em razão da recessão.

“A PEC dos gastos é emblemática para o Brasil, pois além de resgatar a confiança, também abre perspectivas para outras mudanças, a exemplo das reformas política, trabalhista e da Previdência.”

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e do Conselho Deliberativo do Sebrae-GO

Urge, portanto, costurar o saco sem fundo, cujo déficit previsto para 2017 é de R\$ 170,5 bilhões. Nos últimos anos, os gastos sempre estiveram acima da variação da inflação, sem resultar em eficiência em nenhuma área, o que contradiz quem se opõe ao limite por ver na fórmula um freio nos investimentos em saúde e educação previstos na Constituição.

Assim, a PEC do Teto é emblemática para o Brasil, pois além de resgatar a confiança, também abre perspectivas para outras mudanças, a exemplo das reformas política, trabalhista e da Previdência. A medida força o governo a reduzir seu tamanho e a garantir investimentos, priorizando o que é essencial, como saúde e educação, incentivando a parceria público-privada e outras boas práticas de governança. ■

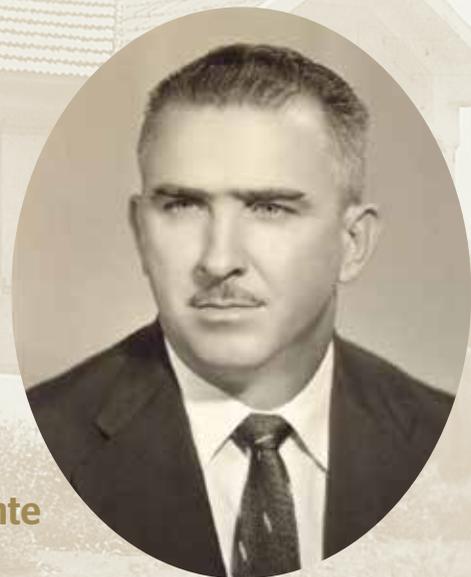
* Artigo publicado originalmente no O Popular, no dia 16/10, em debate promovido pelo jornal sobre a PEC do Teto.

O HOMEM QUE VISLUMBROU GOIÁS INDUSTRIAL

Dehovan Lima

Fotos: Alex Malheiros e acervo Fieg

“ Não tardará muito o dia em que haveremos de sair do ciclo agropecuário para entrarmos na seara da produção industrial, único meio eficaz para um desenvolvimento seguro, capaz de proporcionar a todos melhores condições de vida, em uma mais eficiente e sólida organização social. Estamos certos de que dias de grande futuro há de experimentar a indústria goiana.”



GILSON ALVES DE SOUZA, então secretário-geral da Fieg e delegado regional do Sesi, em discurso na instalação oficial da Federação, em 1º de maio de 1952

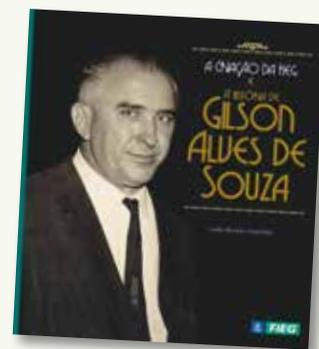
Coincidentemente, 48 anos depois da morte, aos 48 anos, do advogado e professor Gilson Alves de Souza, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás fez, no dia 20 de outubro, resgate histórico de um dos principais pioneiros da indústria goiana, com papel decisivo para o surgimento do movimento sindical no Estado, patronal e de trabalhadores, e para a criação e instalação da Fieg e de vários sindicatos, no fim dos anos 40.

Em clima nostálgico, o lançamento do livro *A Criação da Fieg e a História de Gilson Alves de Souza*, produzido pelas jornalistas Carla Oliveira e Luisa Dias, reuniu, na Casa da Indústria, familiares e amigos do homenageado, empresários e diretores da federação, do Sesi e do Senai. Entre as presenças, os ex-diretores do Senai Ivan Bailão (1970-71), Jefferson Bueno (1975-1983), “pupilos” do professor Gilson na Escola de Engenharia da UFG, e o atual, Paulo Vargas, o amigo Nelson Bose, o sobrinho Wolney Martins de Araújo e os filhos Gilson Júnior, Maria Rita, Luiz Alberto de Souza, Galeno Alves de Souza e Paulo Augusto de Souza.

“É mais um reconhecimento a esse grande pioneiro da indústria goiana”, disse o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, sobre a homenagem a seu conterrâneo, de Patrocínio (MG), que veio de Ipameri para Goiânia em 1938, cinco anos após a

fundação da capital, que em outubro completou 83 anos. “Sua visão, adiante de seu tempo, tinha como beneficiários não apenas os empresários industriais como também os industriários, que considerava parceiros insubstituíveis na produção”, acrescentou o empresário, destacando esse pensamento como salutar na relação capital e trabalho. “Empresário e trabalhador, cada um em seu papel, têm a mesma importância no setor produtivo”, disse.

Em discurso em nome da família, o filho Gilson Júnior fez um paralelo entre a Fieg de ontem e de hoje. “O que observamos aqui, diante de nossos olhos, é um sistema consolidado, ampliado, fiel aos seus princípios e notoriamente benfeitor. E neste retrato, vemos incontestemente a figura de Gilson Alves de Souza. Ao nos brindar com um trabalho dessa envergadura, cuja história se confunde desde sua criação até o ano de 1968, como sabemos, com a de Gilson Alves de Souza, cumpre a Fieg o compromisso com seus princípios, seus objetivos, sua missão.”





■ **Gilson Jr., Maria Rita, Luiz Alberto, Galeno Alves e Paulo Augusto:** filhos recebem livro do presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e entregam acervo histórico da família, que inclui o *Informativo Fieg*, criado em 1968

“Ele era a alma desse negócio (sindical) aqui em Goiás. Ele é quem incentivava, com as apresentações, conversava com os industriais.”

IVAN BAILÃO,
ex-diretor do Senai
Goiás (1970-71)



■ **Nelson Bose,** entre **Luiz Alberto e Maria Rita:** parceiro de Gilson Alves em muitos trabalhos e projetos voltados para o desenvolvimento do Centro-Oeste, em particular para Goiás



■ **Luísa Dias e Carla Oliveira,** autoras do livro, **Dehovan Lima** (coordenação editorial) e **Jorge Del Bianco,** designer gráfico

A filha Maria Rita entregou à Fieg acervo histórico da família, contendo documentos e fotos que registram e retratam a estruturação da Federação das Indústrias do Estado de Goiás.

Enfarte após partida de basquete

28 de setembro de 1968: logo após interromper, por cansaço, uma partida de basquete, seu esporte favorito, disputada com os filhos no Sesi Clube Ferreira Pacheco, uma de suas principais obras, construí-

da na década de 60, um enfarte fulminante abreviou a vida de Gilson Alves, pouco mais de um ano depois da morte de outra liderança da indústria goiana – seu amigo, compadre, ex-sócio em empreendimento industrial e primeiro presidente da Fieg, Antônio Ferreira Pacheco. Uma lacuna na representação classista da indústria em Goiás, sobretudo pelo enorme legado deixado por Gilson como executivo da Fieg, 1º delegado regional e 1º superintendente do Sesi em Goiás (1953-64), diretor regional do Senai (1952-68) e criador do Sesi em Brasília (1957).

Protagonista de uma época de transformações vividas por um Estado de iniciativas empreendedoras ainda incipientes em comparação à indústria moderna e dinâmica de hoje, a vida de Gilson Alves se confunde com a história das entidades que integram o Sistema Indústria em Goiás e sua representação.

A Fieg nasceu como resultado de inúmeras reuniões, nos anos de 1947 e 1948, entre os integrantes do grupo pioneiro, que trabalhou incessantemente para garantir sua criação, como José de Assis Drummond, Jaime Câmara e Vicente ▶

“ Sob o ponto de vista administrativo, foi o maior nome do Sesi e Senai. Para a Fieg, o grande mentor. O homem que criou as condições e instalou a Fieg, o grande líder dessa equipe, desse grupo de empresários que fundou a Federação. Ele acreditava e orientava os jovens. Uma figura fantástica.”

WOLNEY MARTINS DE ARAÚJO, sobrinho e ex-funcionário do Sesi



“ Na qualidade de industrial, sentindo na carne as dificuldades que a classe enfrentava, resolvemos criar em Goiás a Federação das Indústrias, dentro do sistema sindical brasileiro.”

GILSON ALVES, em 1946, época em que mantinha a Livraria, Papelaria e Tipografia Brasil, com o sócio José de Assis Drummond

Umbelino de Souza, com apoio da Acieg. A federação foi fundada em uma casa que Gilson Alves alugou para o Sesi, localizada na Rua 4, no Centro, de propriedade de Galeno Paranhos, seu sogro e cunhado, resgata o livro *A Criação da Fieg e a História de Gilson Alves de Souza*.

Posteriormente, houve a transferência para um sobrado, na esquina da Rua 24 com a Avenida Anhanguera, também no



■ **Momentos históricos para a indústria:** lançamento da pedra fundamental da CNI, com presença de Gilson Alves e Antônio Ferreira Pacheco (à direita). Abaixo, ao lado de Ítalo Bologna (esquerda), um dos pioneiros do Senai no País

Centro, de propriedade de João Santana, onde os núcleos embrionários das entidades ficaram até a construção da sede da Fieg, na Avenida Tocantins, o Palácio da Indústria, já no início da década de 60.

“A participação efetiva e determinante na implantação e consolidação da Rede Sesi e Senai em Goiás revela seu pioneirismo e preocupação com a qualificação e o bem-estar dos profissionais que atuam na indústria goiana. Sua contribuição criou raízes que se ramificaram e alcançaram os vários setores ligados à indústria em Goiás e também no Distrito Federal”, acrescenta o livro.

A revista Goiás Industrial

Três anos após a fundação da Fieg, ele lançou, em 1953, a revista **Goiás**

Industrial, que se tornaria a mais longa publicação especializada em economia no Estado e hoje a mais importante editada pela Fieg. As edições da revista são importantes documentos históricos, que retratam um período preponderante da indústria de Goiás, a partir da história da Fieg e de suas instituições pioneiras Senai e Sesi.

A edição de outubro de 1968, o sexto número da publicação idealizada por Gilson Alves de Souza, traz um especial sobre seu falecimento, ocorrido no mês anterior, com a reprodução, na íntegra, do discurso proferido pelo então presidente em exercício da Fieg, Ovídio Inácio Carneiro. “Você, Gilson, viveu no tumulto da época atual, olhando para o futuro com aqueles olhos azuis tão cheios de sonhos e de esperança, certo de que, um dia, as chaminés e as engrenagens das fábricas



■ Aquino Porto, Gilson Alves, Otávio Lage (governador) e Iris Rezende (prefeito de Goiânia) conferem maquete do Clube Antônio Ferreira Pacheco, construído na década de 60



■ **Mérito Industrial:** Gilson, entre Aquino Porto e Otávio Lage (sentado), em cerimônia em que recebeu a maior comenda da indústria goiana



■ Edição nº 1 da revista **Goias Industrial**, criada por Gilson em 1953: “Goias está fadado a ser, em breve, um dos maiores centros industriais da nacionalidade”, afirmava editorial

haveriam de transformar a fisionomia primitiva do solo goiano”, diz um trecho. Antes de sua morte, em janeiro de 1968, ele ainda lançaria o *Informativo FIEG*, publicação mensal do sistema.

Além do Direito, com atuação nos setores patronal e trabalhista, Gilson Alves de Souza também exerceu outra paixão: o magistério, carreira iniciada em 1952, na Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, e retomada em 1964, na Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás (UFG).

A veia industrial

A Tipografia Brasil foi uma das primeiras gráficas, livraria e papelaria de Goiânia. A experiência de Gilson no jornal *O Popular* é levada para o local, onde

trabalha diuturnamente com seu sócio, José de Assis Drummond, às vezes com a presença da esposa e do filho. Outro investimento industrial foi na criação, com o advogado Haley Garcia Rocha, da Metalgo, voltada para a metalurgia e especializada na fabricação de mobiliário para hospitais.

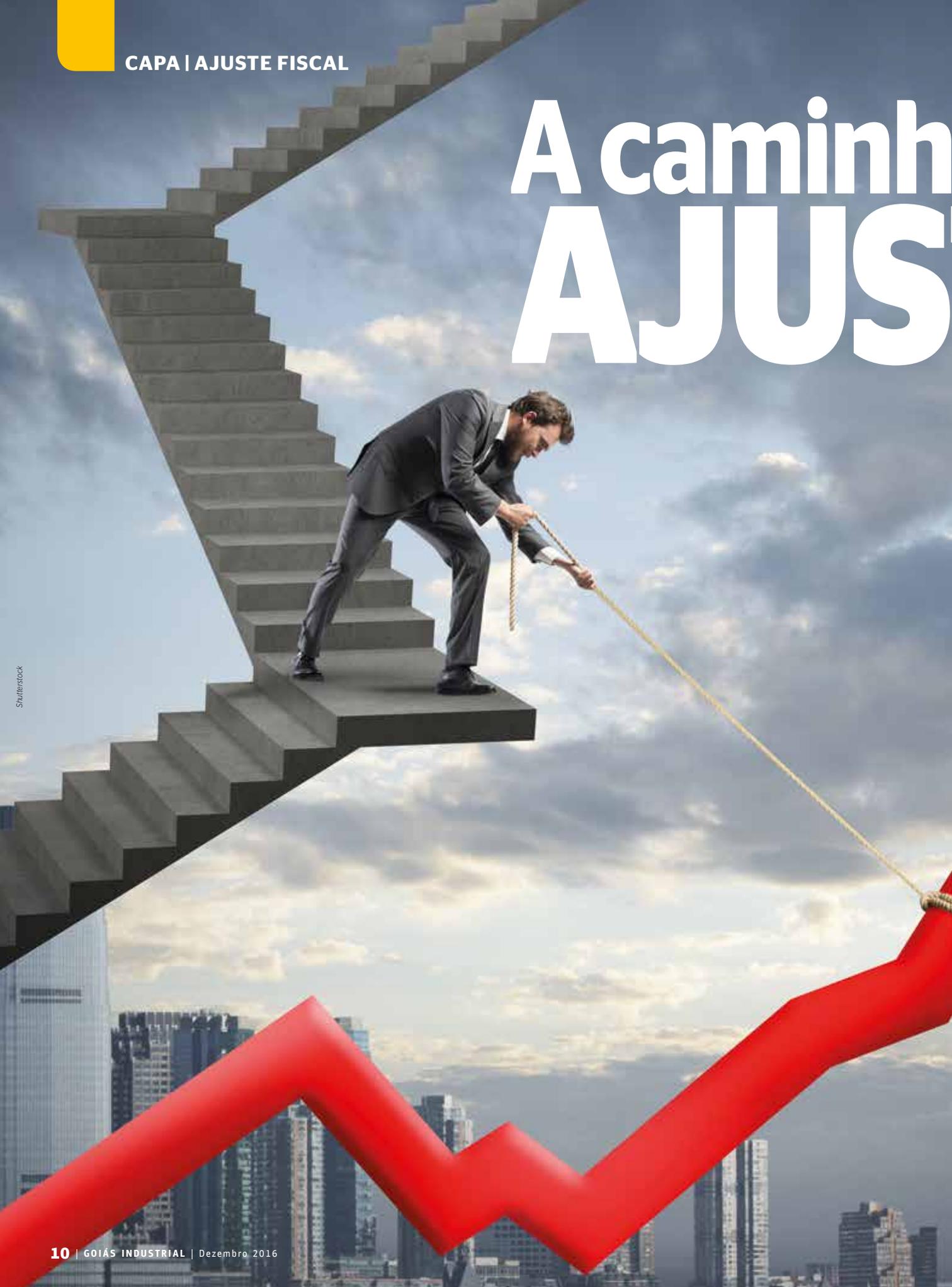
Como industrial, ainda implantou, no Setor Vila Nova, em Goiânia, a Indusprel, fábrica de pregos, em sociedade com o empresário Antônio Ferreira Pacheco. Outra iniciativa pioneira foi a criação da instituição de crédito Progoiás, uma sociedade anônima privada vinculada à Aliança para o Progresso, instituída pelo então presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, que se destinava ao fomento diferenciado às pequenas e médias indústrias locais ainda incipientes. A Progoiás, que durou além do tempo de vida de Gilson,

contava ainda com a parceria de José Alair Martins Batista, Nelson Guimarães e Oton Nascimento, todos falecidos.

Antes da publicação do livro *A Criação da Fieg e a História de Gilson Alves de Souza*, o biografado já havia recebido várias homenagens em Goiânia e Anápolis, em reconhecimento ao seu trabalho. Ele tem seu nome em uma das praças mais movimentadas de Goiânia, no cruzamento das avenidas T-1 e T-7, no Setor Bueno, assim como uma rua do Setor Faiçalville, na capital. No Sistema Fieg, justo tributo é prestado na unidade Sesi Jundiá, em Anápolis, e no auditório do Palácio da Indústria, sede da Federação no Centro de Goiânia, ambos também com seu nome.

■ **Arte/diagramação:** aplicação utilizando, ao fundo, foto do Palácio da Indústria, na esquina da Avenida Tocantins com a Avenida Anhangüera, no Centro, antiga sede da Fieg, construída na década de 60

A caminhada AJUSTE



Shutterstock

o do TE

Na visão da indústria, o teto fixado para os gastos primários do governo deverá reequilibrar as contas públicas e levar ao crescimento da economia, com retomada de investimentos

O novo regime fiscal a ser implementado pela atual equipe econômica, que vai limitar o avanço das despesas primárias (aquelas que não levam em conta o peso dos juros sobre as contas do setor público) à variação da inflação pelas próximas duas décadas a partir de 2018, com direito a revisão após o primeiro decênio, continua gerando polêmicas, mas ganhou apoio incondicional de empresários, suas confederações e federações.

O pressuposto, no caso, é que o ajuste deverá colocar as contas públicas novamente em equilíbrio, condição considerada suficiente para a retomada do crescimento e dos investimentos, com redução da inflação

e, na sequência, cortes mais generosos na taxa básica de juros.

A mudança na política fiscal, destaca Pedro Alves de Oliveira, presidente da Fieg, deverá reforçar a confiança empresarial diante da demonstração de responsabilidade fiscal por parte do governo federal. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, classifica o teto para os gastos como “imprescindível” por contribuir para reorganizar a economia, derrubar a inflação e inflar investimentos. ▶



Lula Marques/AGPT

■ Votação da proposta que define um teto para as despesas: Câmara aprova em outubro proposta de emenda constitucional

Pedro Alves cumprimenta o presidente Michel Temer, no Seminário Infraestrutura e Desenvolvimento do Brasil, realizado em Brasília pela CNI e pelo jornal Valor Econômico: para empresários da indústria, caminho para a recuperação da economia passa necessariamente por maior participação da iniciativa privada nos investimentos e na gestão de empreendimentos



ENTREVISTA

Pedro Alves de Oliveira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg)

A definição de um teto para a variação anual das despesas públicas, limitada à inflação do ano anterior, demonstra responsabilidade do governo em relação à gestão fiscal e recebe apoio integral da Fieg, declara seu presidente, Pedro Alves de Oliveira. “A criação do teto para os gastos públicos vai na direção de viabilizar as atividades econômicas”, afirma.

Goiás Industrial - Por que a Fieg apoia a PEC e qual sua importância para a economia?

Pedro Alves de Oliveira - Nós entendemos que o presidente da República, Michel Temer, dá demonstração de responsabilidade com o País. As contas de governo nunca conseguem ter um equilíbrio fiscal porque sempre se gasta mais do que se arrecada. E esse desequilíbrio é que provoca todo o desajuste, provoca a alta de juros, porque o governo aí tem de buscar recursos no mercado, nos bancos para poder cobrir seu déficit e isso gera uma série de transtornos para a economia de modo geral. Tem um detalhe.

Sempre que o governo esvazia seu caixa, a opção dos governos anteriores foi aumentar os impostos. O governo atual, de forma responsável, resolveu mandar para o Congresso uma limitação nos gastos públicos. Ou seja, o governo não poderá gastar mais do que a variação da inflação do ano anterior. Isso nós encaramos como um gesto de responsabilidade na gestão pública. Não podemos mais conviver todos os dias com aumento de impostos. Então, por esse motivo, por ser uma atitude de responsabilidade com o erário, a federação apoia totalmente o teto para os gastos públicos.

Goiás Industrial - Que impactos isso deve trazer para a indústria?

Pedro Alves - Para a indústria, de forma imediata, a medida não traz nenhum impacto. Aumenta, sim, a confiança do setor produtivo neste governo, porque o presidente mesmo, em encontro que tivemos com ele em Brasília, disse que é preciso criar empregos no País e o emprego tem de ser gerado no setor privado, porque o setor público não gera riquezas e não gera impostos. Quem gera riqueza e impostos é o setor privado. Então, a criação do teto para os gastos públicos vai na direção de viabilizar as atividades econômicas. Obviamente, temos de nos preocupar com a questão dos juros. Acredito que essa limitação dos gastos pode trazer uma contenção nas demandas por dinheiro frente ao governo e, dessa maneira, lá na frente, não de imediato, nós poderemos ter reflexos positivos em benefício de toda a sociedade.

Goiás Industrial – *As despesas do setor público com juros, na visão da federação, não deveriam estar submetidas ao teto?*

Pedro Alves – Entendo, e temos defendido isso muito aqui, que o governo tem de tomar uma atitude em relação aos juros. O governo paga a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia, que permite ao Banco Central fazer o controle de todas as negociações de compra e venda de títulos emitidos pelo setor público), que hoje está em 14%. Isso, para o governo, é altamente danoso. Nenhum país do mundo paga 14% ao ano de juros. O Brasil está fora de todo o contexto da economia mundial. Então, para o governo, é um absurdo pagar isso. Agora, mais absurdo ainda é o que os bancos estão cobrando do setor privado, das famílias, das empresas, da sociedade. Os juros do cartão de crédito chegam a 455% ao ano, a taxa do cheque especial já passou de 300% ao ano. No caso do empréstimo consignado, que é totalmente garantido, sem risco para os bancos, os juros são de 44% ao ano. Isso quebra qualquer um. Não é possível para um país que quer sair do marasmo, sair do atoleiro em que está nossa economia, aceitar passivamente esta situação dos banqueiros explorarem todo o restante da economia, como sanguessugas do dinheiro da economia, tirando dinheiro do setor produtivo, do trabalhador.

Goiás Industrial – *Qual a avaliação que o sr. faz dos estudos divulgados por alguns institutos indicando que os setores de saúde, educação e assistência social podem perder recursos com o ajuste proposto pelo governo?*

Pedro Alves – Nós ouvimos do próprio presidente da República, na audiência de quase duas horas que tivemos com ele, a garantia de que não há um teto para as despesas da saúde e da educação. O governo não vai tirar recursos desses setores. É uma questão de definir prioridades. O governo estabeleceu um teto, mas ele pode diminuir recursos de setores que não são tão importantes neste momento e aplicar na educação e na saúde. Nós não concordaríamos com qualquer medida que retirasse recurso daqueles dois setores.

Goiás Industrial – *O sr. teme que o investimento do setor público possa sofrer redução?*

Pedro Alves – Haverá, sim, de certa forma, uma contenção. Mas o presidente nos colocou, na mesma audiência, que o governo vai buscar, inteligentemente, parcerias para que os investimentos sejam feitos pelo setor privado. Se o governo não tem os recursos e precisa fazer os investimentos, então, que sejam viabilizadas as parcerias público-privadas. Entendemos, portanto, que as atitudes que o governo tem tomado estão na direção correta e temos de dar apoio, ajudar e temos feito nossa parte.

“NÃO PODEMOS PERDER A OPORTUNIDADE”

A CNI considera a medida que define a inflação como teto para aumento dos gastos “imprescindível para colocar fim ao descontrole fiscal vivido pelo Brasil nos últimos anos”, afirma Robson Braga de Andrade, presidente da entidade. “O descontrole nas despesas públicas está na raiz do péssimo desempenho da economia brasileira nos últimos anos, nos quais enfrentamos a maior e mais longa recessão de nossa história. Nossa expectativa é de que a aprovação do novo regime fiscal represente o ponto de partida para a recuperação da economia brasileira”, acrescenta ele.

Na sua visão, que parece refletir uma espécie de senso comum entre os empresários, “o desajuste nas contas públicas desorganiza a economia, é combustível para a inflação, inibe os investimentos em infraestrutura, aumenta o desemprego e impede o crescimento a longo prazo”. Para Andrade, o País terá de avançar além do ajuste fiscal e “aprovar outras medidas para melhorar o ambiente de negócios, como as reformas previdenciária, trabalhista, tributária e política. Não podemos perder essa oportunidade.”

Miguel Ângelo/CNI



Robson Braga de Andrade: o ajuste é “imprescindível para colocar fim ao descontrole fiscal vivido pelo Brasil nos últimos anos”

UMA COMBINAÇÃO EXPLOSIVA

A equipe de economistas do Bradesco atribui a deterioração recente das contas públicas tanto ao aumento das despesas quanto à queda das receitas. Nos seus cálculos, somados os efeitos da recessão e das desonerações de impostos sobre a arrecadação, a receita pública experimentou perda equivalente a dois pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB). A velocidade do crescimento dos déficits e, principalmente, a incerteza política sobre como seriam enfrentados pelo governo aguçaram a percepção de risco das contas públicas, “o que se traduziu em recessão ainda mais severa”, comentam os mesmos economistas.

Como resultado, registrou-se ainda, entre outros efeitos, depreciação do real, aumento dos custos de financiamento das empresas no exterior, elevação da taxa de juros. “Entendemos que o caminho adotado pelo governo – de adoção de um teto de gastos – é bastante positivo, ao criar uma nova governança para as contas públicas e impedir que a dívida pública siga crescendo indefinidamente ao longo do tempo”, postula a equipe de economistas do Bradesco. “É importante frisar que, sem a credibilidade nas contas públicas”, acrescentam, “não há programas sociais ou investimentos públicos que possam ser sustentados no tempo”.

Para Fernando Miguel Montero, economista chefe do Departamento Econômico da Tullett Prebon Brasil, os problemas na área fiscal vinham desde antes de 2014, quando o resultado primário do governo central passou a ser negativo. “A nova matriz passava a ideia de crescer com juros menores, subsídios fartos e mais gastos. Mas a economia empacou, a inflação subiu e a receita não veio. Chegamos a 2014 com o motor fundido: preços atrasados, inflação represada, piora em contas fiscais e externas, descalabros setoriais”, declara Montero.



■ Subsídios em alta: incentivos à produção e à aquisição de bens de capital de fabricação nacional ajudam a elevar gastos

Com esse diagnóstico debaixo do braço, o economista proclama-se “fã do teto (dos gastos)”. A seu ver, “resolvendo a inflação e montada uma mínima agenda fiscal – os verdadeiros desafios –, os juros reais precisarão despencar até a economia voltar a pressionar. Comportada a inflação, demanda fraca e juros astronômicos são dois problemas que se resolvem entre si”. O que significa dizer que, colocada a inflação na meta, os juros poderão cair, levando a um ciclo de crescimento da economia.

Os juros no Brasil, prossegue Montero, são de fato altíssimos, “mas o que estourou nos últimos anos foi o resultado primário”. Os gastos com juros caíram a um piso de 4,45% do PIB em 2012, quando a taxa básica estava em 7,25% ao ano. Um ano antes, o resultado primário estava superavitário em 2,94% do PIB. “Desde então, a despesa com juros subiu para 6,87% do produto, numa alta de 2,42 pontos percentuais do PIB, enquanto o resultado primário cai para um déficit de 2,77%, ou seja, uma retração de

5,71 pontos percentuais. A piora da despesa primária dobrou a piora no gasto de juros e, mais importante, foi causa da piora na despesa de juros”, sustenta ele.

OS FOCOS DE (MAIOR) PRESSÃO

A deterioração das contas do governo central nos últimos anos, portanto, não teve causa única e combina aumento de despesas e perdas de receitas, como têm apontado especialistas e mostram ainda os dados brutos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Comparadas ao Produto Interno Bruto (PIB), uma aproximação contábil que busca refletir o conjunto de riquezas e a renda total gerada pela economia, as receitas líquidas despencaram de 18,87% em 2011 para 17,67% em 2015, depois de terem alcançado 20,17% do PIB em 2010, e fecharam os nove primeiros meses deste ano em alguma coisa abaixo de 17,2%, superando apenas os níveis registrados no começo do século.



As despesas cumpriram trajetória inversa, especialmente pelo aumento dos gastos da Previdência com o pagamento de benefícios a aposentados, pensionistas e a outros usuários do sistema e pelo salto nos subsídios destinados pelo governo ao setor privado numa tentativa de reverter ou ao menos amenizar o peso da crise no lado real da economia. No total, os gastos primários saltaram de 16,73% do PIB, também em 2011, para 19,62% no ano passado, recuando no acumulado entre janeiro e setembro deste ano para menos de 19,3%.

A despesa, portanto, mostrou evolução equivalente a 2,89 pontos de porcentagem em relação ao PIB entre 2011 e 2015, enquanto o resultado primário – a “poupança” que o governo é forçado a fazer para pagar a conta dos juros – saiu de superávit de 2,14% para déficit de 1,94% do PIB, numa deterioração de 4,08 pontos. Claramente, o papel desempenhado pela alta das despesas teve influência mais decisiva, contribuindo com 70,6% na involução do resultado

primário. O restante ficou por conta da retração das receitas, numa contribuição negativa de 1,2 pontos de porcentagem (ou 29,4% da piora assinalada pelo saldo do governo central).

Em torno de 68% do aumento acumulado pelas despesas primárias totais a partir de 2011 são explicados pela elevação nas despesas com programas de transferência de renda para famílias mais pobres (contribuição de 41,5%), incluindo benefícios da Previdência, assistência social, renda mensal vitalícia, abono e seguro desemprego e o Bolsa Família, entre outros, e pelo salto nos gastos com subsídios e subvenções ao setor privado (respondendo por 26,3% do aumento geral).

O incremento observado na rubrica de subsídios e subvenções, que saiu de 0,15% para 0,96% do PIB, recebeu grande contribuição do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), criado para estimular a compra de bens de capital de fabricação nacional pelas empresas a juros subsidiados pelo Tesouro e responsável por dois terços daquela elevação ao saltar de menos do que 0,01% do PIB para 0,51%.

Os benefícios previdenciários avançaram de 6,43% para 7,39%, num acréscimo de 0,96 pontos de porcentagem, o que sig-

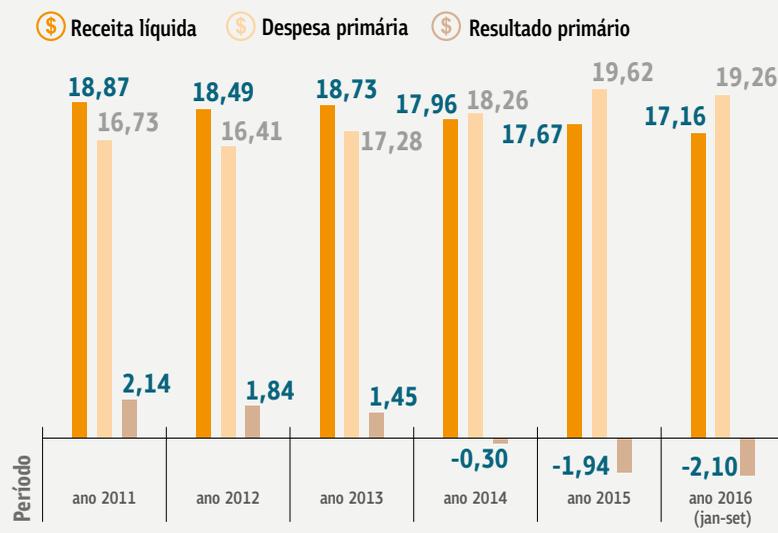
nificou 80% do crescimento registrado pelas despesas geradas pela transferência de renda às famílias. Sozinha, a Previdência respondeu ainda por um terço do aumento das despesas primárias totais. A leitura desses números permite antever que os cortes para compensar o aumento das despesas previdenciárias, que continuarão crescendo mesmo com a aprovação de uma reforma nesta área, deverão atingir outros grupos de gastos, incluindo investimentos e programas sociais.

O alvo preferido

O investimento público continua sendo a variável de ajuste preferida pelos governos. No ano passado, em valores correntes, o investimento total do governo central despencou 28,4% frente a 2014, encolhendo de R\$ 77,536 bilhões, algo como 1,36% do PIB, para R\$ 55,532 bilhões, em torno de 0,94% – pior desempenho desde 2008, resultado de um corte de R\$ 22,004 bilhões. Nos primeiros nove meses deste ano, o governo investiu R\$ 38,593 bilhões, numa retração de 7,8% frente aos R\$ 41,869 bilhões investidos no mesmo período de 2015. Em valores reais, o tombo foi de 15,7%.

Prejuízo dobrado

(Tombo na receita e alta da despesa explicam piora no resultado primário, em % sobre o PIB)



Fonte: SNL Metals & Mining



■ **Efeitos do ajuste:** setor privado também reduz investimentos em novas plantas e na expansão da capacidade instalada

A influência do investimento público

Num cenário de retração generalizada da atividade econômica, a queda dos investimentos públicos vem sendo acompanhada por declínio também nas inversões no setor privado. Entre 2014 e 2015, o investimento total na economia brasileira encolheu 6,5%, na contabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), saindo de R\$ 1,147 trilhão para R\$ 1,072 trilhão (R\$ 74,965 bilhões a menos). Os investimentos do setor público, incluindo os governos federal, estaduais, municípios com mais de 200 mil habitantes, e as estatais controladas pela União, despencaram 23,2%, baixando de R\$ 252,914 bilhões para R\$ 194,193 bilhões também em valores nominais. Ou seja, murcharam R\$ 58,721 bilhões, algo como 0,99% do PIB do ano passado. Essa queda correspondeu a 78,3% da redução observada para o conjunto dos investimentos realizados no País entre 2014 e 2015.

A fatia do investimento público no total, que havia caído de 22,4% para 22,0% entre 2013 e 2014, ficou limitada a 18,1% no ano passado. O investimento privado sofreu baixa menos intensa, mais caiu 1,8%, numa redução correspondente a R\$ 16,244 bilhões. O recuo no investimento total, por sua vez, foi responsável por um terço da retração sofrida pelo PIB no ano passado.

Para entender o novo regime fiscal

O time de macroeconomia do Itaú montou um quadro explicativo para "explicar" o teto dos gastos, resumido a seguir:



1. O que é o teto de gastos?

- ▶ O teto de gastos estabelece que o total das despesas primárias do governo federal não poderá crescer acima da inflação acumulada em 12 meses de junho do ano anterior por até 20 anos.

2. Por que o teto de gastos é necessário?

- ▶ Os gastos públicos aumentaram ininterruptamente acima do crescimento da economia (pelo menos) nos últimos 20 anos. O problema é que o crescimento das receitas que viabilizaram essa tendência do gasto provavelmente não ocorrerá no futuro próximo. O teto de gastos é, portanto, uma reforma-chave para o reequilíbrio das contas públicas e o retorno ao crescimento econômico.

3. Qual será o indexador do crescimento dos gastos?

- ▶ Os gastos primários federais poderão crescer no máximo a inflação acumulada em 12 meses, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de junho do ano anterior. Em 2017, excepcionalmente, os gastos crescerão 7,2%, projeção do governo para a inflação acumulada em 12 meses de dezembro de 2016.

4. Qual será a duração do teto de gastos?

- ▶ O teto de gastos pode durar até 20 anos. A partir de 2025, o 9º ano de vigência do teto, o presidente da República poderá enviar uma vez a cada mandato, projeto de lei complementar ao Congresso Nacional propondo alterar a regra de crescimento dos gastos primários à inflação do ano anterior.

5. Qual será a regra para o gasto mínimo constitucional em saúde e educação?

- ▶ As regras atuais de vinculação do gasto mínimo a um percentual da receita permanecerão válidas até 2017. Além disso, no caso da saúde, será antecipada a convergência para 15% da receita corrente líquida (prevista na legislação atual para 2020), compensando o efeito negativo que a queda da arrecadação teve sobre o gasto mínimo em saúde. De 2018 em diante, os limites mínimos de saúde e educação serão reajustados pela inflação do ano anterior, em linha com o mecanismo do teto de gastos.

6. O teto de gastos retira recursos de saúde e educação?

- ▶ Não. O teto de gastos estabelece que o gasto mínimo em saúde e educação permanecerá constante em termos reais, a partir de 2018. Ressalta-se, a proposta estabelece um piso mínimo e não um teto para esses gastos. Se as reformas forem implementadas plenamente, criar-se-iam as condições para uma retomada da economia brasileira, que poderia permitir aumentos de gastos em áreas consideradas prioritárias pela sociedade, sem comprometer a sustentabilidade fiscal do País.

7. A mudança na regra para o gasto mínimo constitucional reduzirá o gasto efetivo em saúde e educação?

- ▶ Não. Sem a perspectiva de reversão do quadro de deterioração fiscal, a economia não encontrará um equilíbrio e o crescimento econômico pode ficar estagnado nos próximos anos. E, se a economia não crescer, o gasto mínimo em saúde e educação será menor, mantidas as regras atuais. No caso da saúde, por exemplo, a regra atualmente em vigor geraria um gasto mínimo, descontados os efeitos da inflação, de cerca de R\$ 500 bilhões acumulados nos próximos cinco anos, enquanto, corrigindo o gasto atual pela inflação a partir de 2017, em linha com a regra do teto, o montante gasto seria próximo de R\$ 525 bilhões.

8. Quais as medidas corretivas automáticas em caso de descumprimento do teto de gastos?

- ▶ As medidas corretivas são aplicadas automaticamente no caso de descumprimento de qualquer dos limites individuais, a partir do ano seguinte e até o retorno das despesas aos respectivos limites.
- ▶ Primeiro, o governo federal fica proibido de criar qualquer despesa obrigatória e de adotar medida que implique em reajuste da despesa obrigatória acima da variação da inflação (por exemplo, política de reajustes reais do salário mínimo).
- ▶ Segundo, no gasto com pessoal, o governo federal fica proibido de (i) dar reajuste na remuneração ou em benefícios dos servidores, (ii) criar ou modificar cargos e carreiras que impliquem em aumento de despesa e (iii) realizar contratações ou concursos públicos, à exceção de reposições de vacâncias.
- ▶ Terceiro, também é proibido conceder ou ampliar benefícios tributários e criar ou expandir ações que impliquem em ampliação das despesas com subsídios e subvenções.

9. Em quanto tempo o governo federal voltará a ter superávits?

- ▶ Em torno de quatro anos (2020). O prazo longo reflete o fato de que dificilmente a receita crescerá significativamente acima do PIB nos próximos anos.

10. A partir de qual ano e em que patamar a dívida pública estabilizará, caso o teto de gastos seja aprovado e cumprido?

- ▶ A dívida pública estabilizará com a economia em equilíbrio a partir de 2023, sétimo ano de vigência do teto, em cerca de 80% do PIB. Vale notar que o nível de 80% do PIB é elevado, se comparado a outros países emergentes, o que reforça a necessidade de manutenção do teto de gastos por um período ainda mais prolongado para que o nível da dívida pública convirja a melhores patamares. ■



Ronaldo Nogueira fala a empresários goianos: diálogo é o caminho para reforma trabalhista

Na mesa de negociações

Em encontro com empresários goianos, na Casa da Indústria, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, destaca negociação para levar adiante a reforma trabalhista e recebe propostas da Fieg

Nathalya Toaliari

Fotos: Alex Malheiros

A partir do diálogo com todos os setores – sociedade civil, sindicatos e empresários –, o governo federal busca construir uma proposta de reforma trabalhista. O assunto foi discutido pelo ministro do Trabalho e Emprego, Ronaldo Nogueira, durante encontro com empresários goianos, na Casa da Indústria, em Goiânia, após participar da inauguração da nova sede da Superintendência do Ministério do Trabalho na capital.

“Estamos buscando consenso sobre os três eixos dessa reforma: consolidação de direitos, segurança jurídica e criação de oportunidade para todos. Temos nos reunido sistematicamente com lideranças de todos os segmentos da sociedade”, disse o ministro, que recebeu documento entregue pela Fieg (veja à frente) contendo sugestões e reivindicações estratégicas para o Estado e para o Brasil acelerar a retomada do crescimento econômico. Ele observou que as propostas da indústria goiana constituem temas que já estão na pauta de discussões do ministério, sinalizando positivamente às demandas apresentadas.



Ministro do Trabalho é recebido por Pedro Alves de Oliveira na sede da Fieg: propostas da indústria goiana na pauta do governo federal

Ronaldo Nogueira esclareceu que o governo não pretende aumentar a jornada de trabalho, nem extinguir o 13º salário, tampouco as férias dos trabalhadores. “Nós não vamos retirar direitos, vamos criar mais oportunida-



des.” O ministro anunciou, para o próximo ano, investimento de R\$ 100 bilhões em qualificação profissional no País, com foco nos trabalhadores autônomos. O governo federal deverá lançar um aplicativo na internet, reunindo os prestadores de serviço em uma espécie de “Uber dos serviços”, como ele próprio definiu, para dinamizar os negócios e aumentar a renda desses profissionais.

Ao entregar documento da indústria goiana ao ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, disse que a melhoria do ambiente de negócios passa pela reforma trabalhista. “Nossas demandas estão relacionadas especificamente às questões trabalhistas, tendo em vista que o excesso de regulamentação e a insegurança jurídica desestimula a contratação de trabalhadores pelas empresas e prejudicam os investimentos produtivos. É essencial melhorar o ambiente de negócios no País, recuperar a competitividade do segmento produtivo, e o primeiro passo é executar as reformas necessárias, entre elas a trabalhista”, observou.

As 7 propostas da Fieg ao ministro Ronaldo Nogueira



- 1. Modernização da Legislação Trabalhista** – A Fieg reconhece a dificuldade política de se promover uma reforma da legislação trabalhista com a necessária profundidade que o tema requer, por isso reivindica a modernização da legislação existente de maneira a possibilitar a competitividade das empresas e sua sobrevivência em um mercado global tão competitivo e exigente;
- 2. Valorização das Negociações Coletivas**, como forma de ajuste dos interesses dos trabalhadores e das empresas, mediante acordo entre os sindicatos de trabalhadores e as entidades representativas do respectivo segmento empresarial;
- 3. Reconhecimento legal dos acertos trabalhistas** feitos com a mediação dos sindicatos laborais – evitando milhões de demandas judiciais a cada ano – e que versam sobre assuntos já acordados nos acertos de desligamentos de trabalhadores das respectivas empresas;
- 4. Regulamentação da contratação de empresas especializadas** – Promover a regulamentação do tema, mediante legislação específica, que possibilite a contratação de serviços especializados, seja para as atividades meio ou não, reduzindo, assim, a insegurança jurídica existente sobre este tema e evitando que o assunto seja regulamentado por decisão judicial, conforme demandas já em análise pelo STF;
- 5. Regulamentação de novas formas de contratação**, de forma a atender a demandas decorrentes das novas tecnologias e dos novos modelos de organização do trabalho, flexibilizando as relações trabalhistas e possibilitando que as empresas disponham temporariamente de trabalhadores próprios ou de terceiros, contratados em regime especial de tempo, carga horária, regime de remuneração, etc.;
- 6. Instituição da dupla visita da fiscalização do trabalho**, fomentando a prática de ações educativas e dando oportunidade para que as empresas corrijam as falhas identificadas antes da autuação, que poderia ocorrer em uma segunda visita; a maioria das infrações cometidas pelas empresas é decorrente do desconhecimento ou de erros de interpretação da lei, e não por má-fé;
- 7. Sustar ou alterar a NR 12**, tendo em vista a impossibilidade de conversão de todos os equipamentos antigos de produção para atender ao rigor excessivo da norma; o custo resultante da manutenção da NR 12 nos termos atuais será de muitos bilhões de reais, o que inviabilizaria grande parte das micro e pequenas indústrias e resultaria em fechamento de centenas de milhares de postos de trabalho. ■



PROJETO CRESCER SEM MEDO



Pequenos negócios ganham fôlego

BRINDE: sanção do projeto Crescer Sem Medo é comemorada na sede da Acerva Goiana (Associação dos Cervejeiros Artesanais de Goiás)

Projeto sancionado pelo presidente Michel Temer duplica prazo para quitação de dívidas tributárias de micro e pequenas empresas e inclui no Simples segmento de bebidas e salões de beleza

Dehovan Lima (*)

Fotos: *Silvio Simões e Acerva Goiana*

Com presença de cerca de 400 empresários goianos, levados a Brasília em caravanas organizadas pelo Sebrae-GO, o presidente Michel Temer sancionou, dia 27 de outubro, no Palácio do Planalto, o Projeto Crescer Sem Medo. Aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados no início do mês, o Projeto de Lei Complementar 125/15 traz vários benefícios para os pequenos negócios.

Em meio à crise econômica, um dos principais pontos é a ampliação de 60 para 120 meses do prazo de parcelamento de dívidas tributárias de micro e pequenas empresas (MPEs) – cerca de 600 mil delas devem R\$ 21,3 bilhões à Receita Federal. De Goiás, são 20 mil inadimplentes, segundo o diretor-superintendente do Sebrae Goiás, Igor Montenegro. Ele estima que cerca de 5 mil empre-

endimentos do Estado fechariam as portas se não fosse o programa, elaborado com base em estudos do Sebrae, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). “O Crescer Sem Medo é um avanço rumo à sustentabilidade das empresas e ao desenvolvimento do País.”

De acordo com o presidente nacional do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, a ampliação do prazo é essencial para que esses negócios consigam permanecer no Simples Nacional. “É um fôlego a mais para que os pequenos negócios continuem com as portas abertas e gerando empregos.”

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e do Conselho Deliberativo do Sebrae Goiás, Pedro Alves de Oliveira, acrescenta que o conjunto de medidas do projeto estimula o avanço dos pequenos negócios num momento de crise. “Nunca o Brasil precisou tanto da pequena empresa, pois ela é que cria renda e emprego, ao responder por 84% da geração de postos de trabalho no País.”

SIMPLES INCLUI SEGMENTO DE BEBIDAS E SALÕES DE BELEZA

Além do aumento do prazo de parcelamento dos débitos tributários, o Crescer sem Medo eleva, a partir

de 2018, o teto anual de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI) de R\$ 60 mil para R\$ 81 mil e cria uma faixa de transição de até R\$ 4,8 milhões de faturamento anual para as empresas que ultrapassarem o teto de R\$ 3,6 milhões.

A proposta também regulamenta a figura dos ‘investidores-anjo’, aquelas pessoas que financiam com recursos próprios empreendimentos ainda em seu estágio inicial, como as startups, e permite que os pequenos negócios do segmento de bebidas (cervejas, vinhos e cachaças) possam optar pelo Simples Nacional.

Outro ponto de destaque é a criação do chamado “salão parceiro”, pelo qual os donos de salão de beleza poderão dividir os custos tributários com os profissionais que trabalham em parceria, já que os valores repassados a esses deixarão de integrar, para fins de tributação, a receita bruta da empresa contratante.

Empresas de outros segmentos, como academias de ginásticas, também serão contempladas pelo programa, acrescenta Igor Montenegro.

Em outro benefício, o projeto proporciona às MPEs estímulo à exportação com a simplificação dos procedimentos de logística internacional, possibilitando às optantes do Simples beneficiar-se de regimes aduaneiros especiais.

MICROCERVEJARIAS FAZEM BRINDE À BOA-NOVA

Para o empresário Alberto Nascimento, diretor comercial da Cervejaria Goiaz, que produz a cerveja artesanal Colombina, a inclusão no Simples Nacional, a partir de 2018, vai impulsionar os pequenos negócios do segmento de bebidas (cervejas, vinhos e cachaças). Só as microcervejarias já somam no País mais de 400 empresas. Em Goiás, um mercado que surgiu há cerca de três anos, já existem 15 marcas registradas.



■ **Igor Montenegro, do Sebrae Goiás:** sem o programa, 5 mil empreendimentos no Estado fechariam as portas



■ **Alberto Nascimento, da Colombina:** “Microcervejarias empregam 15 vezes mais por litro produzido do que as grandes”

Também diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Microcervejarias (Abracerva), Nascimento estima que a carga tributária, atualmente de 60% em média, seria reduzida em 32% e o peso sobre a folha de pagamento, em 27%. “É uma economia significativa para um mercado de grande potencial, com estimativa de crescimento de 20% ao ano, gerador de

emprego e renda. Hoje empregamos 15 vezes mais por litro produzido do que as grandes cervejarias. A medida, uma luta antiga e questão de justiça, vai simplificar a criação de empresa, tornar a atividade viável, tirar várias empresas da informalidade”, afirma.

Henrique Augusto Martins, proprietário e mestre cervejeiro da Cervejaria Lola, igualmente vislumbra melhores dias para o empreendedorismo no segmento, hoje com muitos projetos parados por medo da carga tributária alta e do embargo fiscal, com a existência de muitos tipos de impostos tanto em âmbito federal quanto estadual, o que gera confusão e erros contábeis.

“Hoje, o empresário praticamente tem de fazer um curso de ciências contábeis para entender o emaranhado de tributos e não errar”, enfatiza Martins, para quem o projeto do governo vai possibilitar crescimento do nicho de cervejas artesanais (microcervejaria, nanocervejaria e ‘cervejaria cigana’), que hoje respondem por apenas entre 1% e 1,5% da produção nacional, enquanto em países como Estados Unidos e Inglaterra, a fatia chega a 12% e 10%, respectivamente. Com mercado tão grande a ser explorado, ele observa que as medidas vão beneficiar toda a cadeia produtiva e, principalmente, o consumidor diante da competitividade e melhores preços. ■

*Com informações da Assessoria de Imprensa do Sebrae e da Agência Brasil





A MP 746 e a reforma do Ensino Médio

“A proposição de uma mudança no Ensino Médio, que conduza os estudantes a escolhas, tanto na vida acadêmica, como para sua futura vida profissional, é bem-vinda.”

IVONE MARIA ELIAS MOREYRA, Mestre em Educação Escolar Brasileira, Diretora de Educação e Tecnologia do Sesi e Senai

O Brasil, na organização da escolaridade básica, já passou por inúmeras reformas, todas objetivando a melhoria da performance dos estudantes. Embora os resultados não tenham sido promissores, pois as mudanças não foram substanciais ao longo de décadas, praticamente essa etapa da educação se manteve como no começo do século XX. No entanto, não é com uma visão pessimista que esse artigo se propõe a discutir a Medida Provisória (MP) 746, publicada em 23 de setembro de 2016.

O colegial (Científico, Clássico, Comércio, Magistério etc.), o 2º Grau e hoje Ensino Médio já passaram por mutações, alterações e são objeto de estudo de muitos acadêmicos, motivo de angústia para estudantes e professores. Angústia porque o quantitativo de vagas ofertadas nas universidades (públicas e privadas) não é capaz de absorver todos aqueles que estão aptos para o ensino superior e porque, para muitos, o ensino oferecido não lhes dá as condições básicas para disputar vaga na universidade pública ou no mundo do trabalho. Para os professores, a angústia se estabelece em função do volume de conteúdo da matriz curricular e porque os profissionais estão, genericamente, trabalhando sem um projeto moderno, arrojado e engajado, levando assim o cotidiano a ser enfadonho, repetitivo e exaustivo.

A proposição de uma mudança no Ensino Médio, que conduza os estudantes a escolhas, tanto na vida acadêmica, como para sua futura vida profissional, é bem-vinda.

A valorização do protagonismo juvenil é algo que o Brasil e a escola devem aos seus jovens, pois à medida que crescem como pessoa, desejam adquirir conhecimentos que os ajudem a alcançar voos mais altos e mais longos e fortaleçam sua capacidade de decisão e de independência.

Assim, o jovem podendo, de fato, escolher uma trajetória de estudos que lhe permita aprofundar seus conhecimentos significa conceber a possibilidade de pessoas mais felizes e mais comprometidas com sua profissão.

A MP que está em análise no Congresso Nacional propõe que o Ensino Médio se organize como na maior parte dos países desenvolvidos. Ou seja, que tenha uma base científica geral, de um ano e meio e no outro ano e meio, o jovem possa optar por linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Em si, a proposição é um avanço na organização curricular.

Caberá à escola e, portanto, ao Estado dar condições para que o projeto se efetive. Pois a organização do currículo em novas bases exigirá profissionais capacitados e com formação mais densa em suas áreas específicas; estrutura de laboratórios e espaços de pesquisa e estudos, para além da sala de aula tradicional.

Para que não vivamos mais uma reforma sem alcançar os resultados que o Brasil não pode mais esperar, é preciso que, em nossa avaliação, uma corajosa ação de efetivação aconteça: iniciar o projeto em bases sólidas e em um número de escolas que já tenha algum movimento de reflexão e ações que venham quebrando os velhos paradigmas do trabalho escolar (por exemplo, trabalhar por projetos e não mais somente por disciplina; salas de aulas invertidas, ensino híbrido, etc.).

Optar por qualquer uma das cinco possibilidades (linguagens, matemática, ciências da natureza e humanas e educação profissional) para dar condições do protagonismo juvenil se configurar não será uma tarefa da noite para o dia, por isso em Goiás, o Sesi e o Senai estão abertos a dialogar para que uma ou mais opções sejam organizadas nas escolas públicas e mesmo privadas. ■



■ **Marcelo Sobral, da SEW Eurodrive Brasil, responsável pela implantação da prática do vôlei no intervalo do almoço:** "Temos de cuidar da pessoa como um todo, porque ela devolve isso para a empresa"

A gente não quer só trabalho

Em parceria com o Sesi, indústrias inovam em ações de saúde e segurança do trabalho. Aposta em práticas esportivas, música, caminhadas, entre outras ideias, no próprio ambiente de trabalho, reflete em produtividade, redução de faltas e bem-estar

Daniela Ribeiro

Fotos: Alex Malheiros

Em vez de barulho e ruídos de máquinas, som ambiente com música clássica, rock e até sertanejo. Na hora do intervalo para o almoço, a improvisação de uma quadra de vôlei no galpão que abriga a sede da SEW Eurodrive Brasil é um convite para a atividade esportiva, concorrência forte para o cochilo pós-refeição. Práticas como a dessa indústria de motoredutores, instalada no Setor Cândida de Moraes, em Goiânia, mudam a rotina de muitas empresas interessadas em aplicar ideias criativas e inovadoras capazes de promover a saúde, o bem-estar e a segurança dos colaboradores.

Nas partidas de vôlei disputadas na SEW Eurodrive Brasil, dois times – o do escritório e o da oficina – se enfrentam e o perdedor paga o lanche dos participantes. Todas as manhãs, invariavelmente, antes de começar as tarefas diárias, os funcionários fazem ginástica laboral, orientada por profissionais do Sesi – a mais lembrada

no ranking do Prêmio Marca Brasil. Por mais simples que pareçam, esses hábitos têm refletido no aumento da produtividade, na redução da rotatividade e melhora no clima organizacional na SEW Eurodrive. Em dez anos de funcionamento em Goiânia, nenhum trabalhador pediu demissão.

Ganhos semelhantes são apontados em uma pesquisa inédita realizada pelo Sesi com 500 indústrias no País, cujos resultados mostram que, para quase metade delas, ações para aumentar a segurança no ambiente laboral e promover a saúde de trabalhadores reduzem as faltas ao trabalho. Para 43,6%, há aumento da produtividade no chão-de-fábrica e 34,8% apontam redução de custos.

No levantamento, realizado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016, 71,6% das indústrias afirmaram dar alta atenção à saúde e segurança dos trabalhadores, cuidado que deve aumentar ainda mais nos próximos cinco ▶



■ **Ginástica laboral do Sesi, líder no ranking do Prêmio Marca Brasil, faz parte da rotina dos funcionários da SEW Eurodrive**



■ **“Nosso trabalho é estressante, mas o ambiente, a ginástica laboral e as condições técnicas oferecidas pela empresa amenizam consideravelmente nossa rotina”**
Clodoaldo Figueiredo de Oliveira, analista de aplicação da SEW Eurodrive Brasil

anos, na visão de 76,4% dos entrevistados. A pesquisa mostra ainda que a estratégia está relacionada, sobretudo, à preocupação com o bem-estar do trabalhador, à maior conscientização das empresas e à necessidade da prevenção de acidentes de trabalho (*leia à frente*).

O coordenador da SEW Eurodrive Marcelo Gomes Sobral, de 39 anos, é o responsável por trazer as práticas positivas para o clima organizacional. Oriundo da sede em São Paulo, ele foi transferido para gerir a filial em Goiânia. “Quando vim para cá, tinha a certeza de que investir no funcionário era uma das melhores coisas que eu poderia fazer. Temos de cuidar da

pessoa como um todo, porque ela devolve isso para a empresa.”

A indústria oferece anualmente vacina contra H1N1 para os colaboradores e outras medidas de promoção da saúde e do bem-estar, como caminhadas e massagens. “Eles se sentem valorizados e gostam de trabalhar. Quando é preciso fazer expediente em um domingo ou hora extra, por exemplo, eles se organizam entre eles e eu nem fico sabendo.”

O analista de aplicação Clodoaldo Figueiredo de Oliveira, de 30 anos, é um exemplo de que os investimentos feitos em bem-estar pela SEW Eurodrive Brasil estão surtindo efeito. “Nosso trabalho é

estressante, mas o ambiente, a ginástica laboral e as condições técnicas oferecidas pela empresa amenizam consideravelmente nossa rotina”, diz.

Por trabalhar o dia todo e fazer faculdade à noite, o analista de aplicação tem na ginástica laboral e no vôlei as únicas atividades físicas que pratica. “Passo o dia todo na mesma posição e a ginástica e o vôlei, além de lazer, são maneiras de cuidar da saúde. Eu sempre participo da ginástica, pois é o único tempo que eu tenho para fazer algum exercício”, conta Figueiredo.

PROMOÇÃO DA SAÚDE VAI ALÉM DO QUE A LEI EXIGE

A pesquisa realizada pelo Sesi revela ainda que a maioria das empresas vai além do cumprimento de requisitos legais ao realizar programas de promoção da saúde de trabalhadores. Entre os principais, a gestão dos afastamentos por doenças é executada por 87,8% das indústrias, enquanto o monitoramento de aspectos ergonômicos no ambiente de trabalho chega a 84% dos empreendimentos.

Exemplo dessa postura na área de saúde e segurança no trabalho, a indústria de alimentos Caramuru, de Itumbiara, promove sistematicamente treinamento em ergonomia e blitz para verificar se seus

1.291 colaboradores mantêm a postura correta durante suas atividades. Além disso, a ginástica laboral faz parte da rotina de orientações de saúde para colaboradores e familiares. Em parceria com o Sesi, são desenvolvidas campanhas de saúde como vacinação contra gripe, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e prevenção a diabetes.

Os funcionários da Caramuru também recebem com frequência treinamentos na área de saúde e segurança. Segundo o supervisor de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho Sesmt, Marcos Martins, os retornos que a empresa recebe por investir nessa área são expressos em operação mais segura, com melhor capacitação e consequente redução de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Nos últimos cinco anos, a taxa média é a ocorrência de sete acidentes a cada 1.000.000 de horas trabalhadas ou 0,07 a cada mil horas trabalhadas, número considerado bom pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

“PCMAT É A BÍBLIA DO CANTEIRO DE OBRAS”

Na Toctao Engenharia, de Goiânia, medidas previstas em lei de prevenção de acidentes e doenças são rotineiras. “A empresa possui certificações como o Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001 e Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho OHSAS 18001. Para que tenhamos esses resultados, precisamos apresentar algo muito além do que é previsto na legislação”, explica Deyd Carlos de Araújo, técnico em segurança do trabalho de uma das obras da Toctao, o Aparecida Shopping, em Aparecida de Goiânia.

Do início da construção, em janeiro de 2015, a janeiro deste ano, o Sesi foi responsável pela elaboração do Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção Civil (PCMAT) da obra, em área de 36.247,75



■ **“O PCMAT é uma espécie de Bíblia da obra que você deve consultar diariamente para definir quais serão suas ações para aquele dia”**
Deyd Carlos de Araújo, da Toctao Engenharia

m², na Avenida Independência, no Jardim Ipiranga. O documento, com 154 páginas, trata de medidas preventivas desde o fechamento da obra e instalação da placa inicial até o pós-obra e instalação de combate a incêndios.

Para Araújo, se a construção não tem ou não atende corretamente as medidas de segurança que estão previstas no PCMAT

ela está sendo feita às cegas. “Ele dá uma direção em relação ao trabalho. É uma espécie de Bíblia da obra que você deve consultar diariamente para definir quais serão suas ações para aquele dia”, diz ele, observando que, com o PCMAT, é mais fácil seguir e atender as normas regulamentadoras. “No documento, as NRs estão detalhadas e destrinchadas em cada fase.”

Serviços de saúde e segurança do Sesi são referência no mercado

O Serviço Social da Indústria (Sesi) é a marca mais lembrada no Brasil quando o assunto é saúde e segurança do trabalho. É o que mostra pesquisa do Instituto FSB, realizada com 500 médias e grandes empresas, entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016. A instituição foi apontada espontaneamente como referência no tema por 20,5% dos gestores entrevistados.

Em 2015, o Sesi Goiás atendeu mais de 38 mil trabalhadores da indústria em ações de saúde e segurança do trabalho. Até setembro deste ano, foram mais de 41 mil, número

7,9% maior que todo o ano passado. Confira abaixo alguns serviços oferecidos no portfólio de saúde e segurança do Sesi:

- ▶ Programas e Consultorias
- ▶ Cursos de Cipa
- ▶ Consultas Ocupacionais
- ▶ Odontologia
- ▶ Consultoria em Ergonomia
- ▶ NRs
- ▶ Programa Sesi de Gestão do Absenteísmo
- ▶ Ações Educativas e Preventivas
- ▶ Estilo de vida saudável, Esporte e Lazer



Para levar os serviços de saúde e segurança para sua empresa, entre em contato com o Sesi pelo telefone: **(62) 4002-6213**

Laboratórios de ponta para indústria de ponta

Senai implanta novos laboratórios de automação e eletroeletrônica, em estratégia de modernização na vanguarda dos avanços tecnológicos do setor industrial

Andelaide Lima

Fotos: Alex Malheiros

Para aumentar a competitividade e reduzir custos, o setor produtivo tem investido cada vez mais em inovação e na incorporação de novos conceitos, a exemplo da indústria 4.0. O termo se refere à integração digital das diferentes etapas da cadeia dos produtos industriais, desde o desenvolvimento até seu uso, e engloba a utilização de tecnologias para automação e troca de dados via conexões em rede.

Diante dessa nova realidade, o Senai Goiás amplia sua atuação em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento industrial, com a implantação de novos ambientes de ensino nas áreas de automação e eletroeletrônica – esta, inclusive, entre as de maior demanda por mão de obra qualificada no Estado, segundo o Mapa do Trabalho Industrial, levantamento elaborado pelo Senai Nacional (veja quadro 1).

Inaugurados dia 8 de dezembro, os laboratórios de sistemas de automação e controle e de sistemas elétricos industriais e prediais estão instalados na Faculdade Senai Ítalo Bologna, em Goiânia, onde no início do ano foi instalado o Instituto Senai de Tecnologia em Automação. Com investimento de quase R\$ 3 milhões, os ambientes foram estruturados para realização de cursos em todas as modalidades de ensino – da aprendizagem à pós-graduação.

A aquisição de novos controladores lógicos programáveis, inversores de frequência e de plantas de controle e instrumentação, entre outros equipamentos, vai dar suporte também às atividades práticas de dois novos cursos superiores previstos para iniciar em 2017 – graduação tecnológica em mecatrônica e pós-graduação em eficiência energética na indústria.

“O Senai sempre esteve antenado com as demandas do mercado de trabalho e é importante que os profissionais busquem o conhecimento técnico para acompanhar os avanços tecnológicos e aumentar a competitividade das indústrias”

HÉLIO NAVES, presidente do Simelgo



■ **Misclay Marjorie, diretora da Faculdade Senai Ítalo Bologna:** expansão visa qualificar profissionais com perfil adequado às novas demandas do mercado de trabalho

Mais vagas

Os laboratórios possuem ainda 56 bancadas multiusos que foram planejadas e montadas pela equipe técnica da faculdade. As novas instalações também abrigam uma Unidade de Capacitação da Siemens – maior empresa de tecnologia integrada do Brasil. No local, são realizados diversos cursos de atualização profissional.

A implantação dos laboratórios vai ampliar a capacidade de atendimento da Faculdade Senai Ítalo Bologna, que passa



■ **Alunos demonstram drone projetado em sala de aula, no novo laboratório de Automação Industrial da Fatec Senai Ítalo Bologna**

Danilo Antunes se encaixa bem nessa nova realidade. Em 1999, ele começou a atuar na área de tecnologia e hoje se prepara para abrir uma filial de sua empresa – a WDTA Automação – em um dos centros mais avançados em biotecnologia do mundo, a cidade de Cantanhede, em Portugal.

Autodidata em inglês, Danilo aprendeu a pilotar avião, se arrisca na guitarra e parece não se intimidar com os desafios do mercado internacional. “Estamos dando um passo importante para o crescimento da empresa e estou confiante nos bons resultados. Sempre gostei de tecnologia, mas não tinha ainda formação na área de automação quando abri a empresa. Fiz o curso no Senai e, desde então, a parceria com a instituição tem sido ótima. Foi na Fatec Ítalo Bologna que desenvolvi um dos principais produtos da empresa, o autobee”, conta.



■ **Danilo Antunes, da WDTA Automação, prepara abertura de filial em Portugal: curso e desenvolvimento de produto no Senai**

os novos ambientes vão contribuir para atualização dos trabalhadores. “O Senai sempre esteve antenado com as demandas do mercado de trabalho e é importante que os profissionais busquem o

conhecimento técnico para acompanhar os avanços tecnológicos e aumentar a competitividade das indústrias”, diz.

MODERNIZAÇÃO EXIGE NOVO PERFIL PROFISSIONAL

A modernização do processo produtivo passou a exigir profissionais com perfil multidisciplinar, empreendedor e maior capacidade de adaptação. Ex-aluno da Faculdade Senai Ítalo Bologna, onde fez o Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial, concluído em 2010, o empresário

a oferecer 785 novas vagas nas áreas de automação e eletroeletrônica. Diretora da unidade, Misclay Marjorie destaca que a expansão visa qualificar profissionais com perfil adequado às novas demandas do mercado de trabalho. “Nosso objetivo é melhorar cada vez mais a qualidade de ensino, com o permanente investimento em tecnologia e inovação, para formar profissionais que possam atender às reais necessidades das indústrias.”

Para o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico (Simelgo), Hélio Naves,

Parceria promissora

O autobee é um sistema de automação sem fio que permite controlar circuitos de iluminação, temperatura, reservatórios e de acionamento de válvulas, entre outros. “O Senai deu todo o apoio no desenvolvimento do produto, utilizamos laboratórios e oficinas. Podemos dizer que o autobee é filho dessa parceria promissora. E quantas vezes for necessário vamos buscar a instituição, uma das poucas no País que apoia o empresário a investir em inovação”, reconhece.

Além do autobee, a WDTA produz o firebee, equipamento sem fio para detecção e alarme de incêndio, e o zigbee, módulo de rádio industrial para comunicação sem fio, entre outras soluções tecnológicas. Os principais clientes da empresa são a Petrobras, a Rede Globo, o Grupo BRMalls, o Shopping Flamboyant e o Rio Quente Resorts. ▶



■ **Gean Makley, aluno do curso técnico em eletroeletrônica da Fatec Senai Ítalo Bologna,** executa protótipo de placa eletrônica por meio de comando numérico computadorizado (CNC) desenvolvido em sala de aula: “Essa é uma das áreas com maiores possibilidades de atuação porque são duas ocupações em um único curso”

As profissões industriais com maior demanda em Goiás

Goiás terá de qualificar mais de 367 mil trabalhadores em ocupações industriais nos níveis técnico, superior e

de qualificação entre 2017 e 2020. Esses profissionais trabalham na indústria ou em atividades de serviços ou comércio que atendem direta ou indiretamente ao setor industrial.

A construção lidera as áreas com maior demanda por formação profissional no

Estado (veja quadro 1), segundo o Mapa do Trabalho Industrial 2017-2020, elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para subsidiar o planejamento da oferta de formação profissional da instituição. A pesquisa também pode apoiar os jovens brasileiros na escolha da profissão e, com isso, aumentar suas chances de ingresso no mercado de trabalho. Em todo o Brasil, será necessário qualificar 13 milhões de trabalhadores em ocupações industriais nesse período.

A demanda por formação inclui a requalificação de profissionais que já estão empregados e aqueles que precisam de capacitação para ingressar em novas oportunidades no mercado.

Aluno do curso técnico em eletroeletrônica da Fatec Senai Ítalo Bologna, Gean Makley, de 18 anos, aposta na habilitação para conquistar uma vaga no mercado de trabalho. “Essa é uma das áreas com maiores possibilidades de atuação porque são duas ocupações em um único curso, tenho mais chances de conseguir um emprego”, acredita. ■

Quadro 1 - áreas com maior demanda por profissionais em Goiás

Áreas	Demanda 2017 - 2020
Construção	111.474
Meio ambiente e produção	69.812
Alimentos	53.656
Metalmecânica	39.740
Vestuário e calçados	27.479
Veículos	15.089
Energia	13.888
Tecnologias da informação e comunicação	12.175
Petroquímica e química	9.153
Madeira e móveis	5.690
Papel e gráfica	4.024
Mineração	3.764
Pesquisa, desenvolvimento e design	1.758

Fonte: Senai/Mapa do Trabalho Industrial 2017-2020
<http://www.portaldaindustria.com.br>

Quadro 2 - Ocupações industriais com maior demanda - Técnicos

Ocupações
Técnicos de controle da produção
Supervisores da construção civil
Técnicos em segurança do trabalho
Técnicos em eletrônica
Técnicos em eletricidade e eletrotécnicos
Técnicos em produção, conversação e de qualidade de alimentos
Técnicos de planejamento e controle de produção
Técnicos em operação e monitoração de computadores
Técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e instrumentos
Técnicos em programação

Quadro 3 - Ocupações industriais com maior demanda dentro e fora da indústria - Qualificação (+ 200h)

Ocupações
Cozinheiros
Operadores de máquinas para costura de peças de vestuário
Mecânicos de manutenção de veículos automotores
Padeiros, confeiteiros e afins
Mecânicos de manutenção de máquinas industriais
Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis
Trabalhadores na fabricação e conservação de alimentos
Tintureiros, lavadeiros e afins, à máquina
Trabalhadores de instalações elétricas
Encanadores e instaladores de tubulações



■ **Leonardo da Cunha, estudante de Agronomia, em fazenda de Figueirópolis, no Tocantins:**
“Um dos resultados foi o aumento da produção por área sem agredir o meio ambiente e sem necessidade de aumento da área”

Estágio no campo, mais produtividade e melhor manejo

Estudantes se destacam e são reconhecidos por mudar realidades técnicas e disseminar informação no agronegócio, com resultados altamente positivos em produtividade de grãos e manejo com animais na pecuária de corte

Célia Oliveira

Leonardo Lopes da Cunha e Guilherme Silvestre Pereira, respectivamente, estudantes de Agronomia e de Medicina Veterinária, ambos da UFG, têm em comum o sucesso obtido com realização de projetos que marcaram estágios realizados na empresa Agroquima Produtos Agropecuários, de Goiânia. Campeão e vice na categoria Estagiário Destaque – Média Empresa, na 12ª edição do Prêmio IEL de Estágio, do Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), realizada em setembro, eles conseguiram contribuir para melhorar a rotina e os processos de produtores e pecuaristas, a partir de novas ideias e visões propostas por seus estudos práticos, em fazendas dos Estados do Pará e Tocantins. Os resultados tiveram

forte impacto em produtividade de soja – com aumento de 77% em grãos e 72% em vagens – e no manejo com animais na pecuária de corte.

No município de Tailândia, no Pará, a 1,7 mil km de Goiânia, Guilherme Pereira aplicou em uma fazenda da região seu projeto, denominado Resistência de Vermes em Bovinos de Corte, um assunto polêmico pela triste realidade presente na pecuária brasileira, atribuída ao uso indiscriminado de vermífugos e à falta de informação adequada ao homem do campo.

“Quis buscar a informação e, ao mesmo tempo, levá-la ao trabalhador dessa área, ou seja, àquele que trabalha de sol a sol, de domingo a domingo, salientando que ►

Alex Malheiros



Guilherme Silvestre Pereira e Leonardo Lopes da Cunha recebem Prêmio IEL de Estágio: projetos reconhecidos por resultados práticos

“Meu projeto expôs um problema que os pecuaristas enfrentam, muitas vezes por falta de informação adequada e de qualidade”

GUILHERME PEREIRA, estudante de Veterinária, sobre estágio em fazenda de Tailândia, no Pará

Arquivo pessoal



“toda informação nunca é demais”, observa Pereira. Defensor do bem-estar animal e da pecuária sustentável, ele partiu para o campo.

Seu trabalho consistiu na avaliação de um lote de bovinos de corte, focada em verificar, por meio da análise de fezes dos animais, a iminência ou não da presença de resistência de vermes na fazenda.

MANEJO CORRETO, MENORES CUSTOS

“Depois dos comparativos e análises tivemos o resultado de que o lote tratado com um vermífugo que tinha na composição a molécula ivermectina, que está apresentando resistência frente aos vermes em quase toda a região, se mostrou menos eficaz do que o outro vermífugo que usamos, sem a ivermectina”, comprovou o estudante.

De acordo com ele, tudo foi feito em um manejo calmo, visando ao bem-estar dos animais, e serviu de alerta para todos. “Vamos cada vez mais bater na tecla para uma recomendação correta para controle da verminose em bovinos, com isso, os custos do pecuarista irão reduzir.”

Com base em projeções nacionais, ele observa que 60% dos pecuaristas irão deixar a atividade em curto prazo, por isso, “a importância de fazer indicações corretas aos produtores, de modo que estes sejam mais eficientes gastando menos dinheiro”.

Para a Agroquima, empresa que treina representantes comerciais para prestar orientação ao homem do campo, o trabalho de Guilherme Pereira reforça essa estratégia, pois a falta de correta informação técnica foi constatada pelo estudante.

O autor do estudo acrescenta que tudo o que foi apurado mostra que o correto a se fazer é a rotação de princípios ativos dos vermífugos, juntamente com uma estratégia inteligente para a máxima eficácia no controle da verminose em bovinos.

MAIS PRODUTIVIDADE EM GRÃOS

Localizada no Tocantins, a pequena Figueirópolis, com pouco mais de 5 mil habitantes, tem sua economia baseada na agricultura, sobretudo no plantio de soja. Foi em uma fazenda da região que o futuro engenheiro agrônomo Leonardo L. da Cunha esboçou e aplicou seu projeto, Soluções Stoller na Cultura de Soja, também vencedor do Prêmio IEL de Estágio.

Com o estudo, o estagiário planejou e colocou em prática um protocolo voltado para aumentar a produtividade do grão sem agredir o meio ambiente.

Motivado pela dificuldade de produção, por causa da escassez de chuva típica da região, ele instalou um programa de estímulo ao desenvolvimento da planta em condições de estresse hídrico, ajudando o produtor a reduzir os efeitos da quebra de safra, comum no município.

Depois de constatar que, entre as necessidades dos produtores, a maior delas era justamente a baixa quantidade de chuvas, Leonardo Cunha idealizou um posicionamento de produtos que contornasse o problema.

De acordo com ele, o acompanhamento da área de uma fazenda foi primordial para condução da lavoura, de forma que houvesse acréscimo de produção e lucro pelo produtor. “Um dos resultados foi o aumento da produção por área sem agredir o meio ambiente e sem necessidade de aumento dessa área”, comemora o estagiário.

MAIS PORCENTOS

Ao final do estudo guiado pelo protocolo de acompanhamento da produção e chuva, o autor do trabalho alcançou todos os resultados vislumbrados, ao registrar

produtividade acima do esperado. “Foi uma lavoura com produtividade 77% a mais de grãos e 72% a mais de vagens quando comparado ao padrão da fazenda”, enumera o estudante. Ainda houve melhoria do processo, uma vez que na mesma área produtiva o homem do campo colherá mais utilizando o protocolo. “O protocolo foi algo inovador e o projeto responde de diferentes maneiras quando analisamos o processo como um todo (clima, solo, chuvas, temperatura, etc.)”.

Para a empresa que acolheu o jovem em seu estágio, o estudo aplicado mostra os resultados expressivos obtidos. “Ela conta com um modelo de aplicação que impacta positivamente em resultados, benefícios e práticas para demais produtores”, diz. ■

Um serviço pensado para aumentar a rentabilidade do seu negócio

Tudo o que você precisa saber sobre o mercado de café, açúcar, soja, e milho em um só lugar

SAFRAS & Mercado possui um time exclusivo de especialistas e consultores pronto para auxiliar em sua tomada de decisão

ANÁLISES • ACESSORIA DE MERCADO • INTELIGÊNCIA DE MERCADO • DIFERENCIAIS EXCLUSIVOS

Mais Informações:

(51) 3290-9200
www.safras.com.br



Negócios estratégicos



■ **34º Encontro Econômico Brasil Alemanha:** maior integração entre os dois mercados e negociações estratégicas

Empresários e autoridades do Brasil e da Alemanha negociam acordos na área de patentes, tributação e apostam na conclusão das negociações entre Mercosul e União Europeia

As exportações brasileiras para a Alemanha atingiram, no ano passado, o mais baixo nível desde 2005 e, no caso de Goiás, as vendas externas para aquele país chegaram, em 2015, ao menor valor em quase uma década e meia. A participação alemã na pauta brasileira de exportações, que já chegou a superar 4% no começo da década, ficou limitada a 2,71% no ano passado, recuando ainda para 2,62% no acumulado dos primeiros dez meses deste ano. O mesmo mercado respondeu por pouco mais de 3% das vendas externas goianas em 2011

e teve sua fatia reduzida para 1,0% quatro anos depois, elevando-se apenas modestamente para 1,1% no acumulado entre janeiro e outubro de 2016.

Mas a Alemanha continua ocupando espaço relevante na agenda comercial brasileira, mantendo-se como quarto principal parceiro do Brasil, com participação de 4,29% na corrente de comércio. É o que afirmam Heitor José Müller, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), e Pedro Alves de Oliveira, da Fieg, que participaram do 34º Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA), realizado entre os dias 16 e 18 de outubro, em Weimar. Os números demonstram a relação estratégica entre os dois países, que trataram de incrementar o diálogo bilateral e a parceria comercial.

Realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias Alemãs (BDI), com

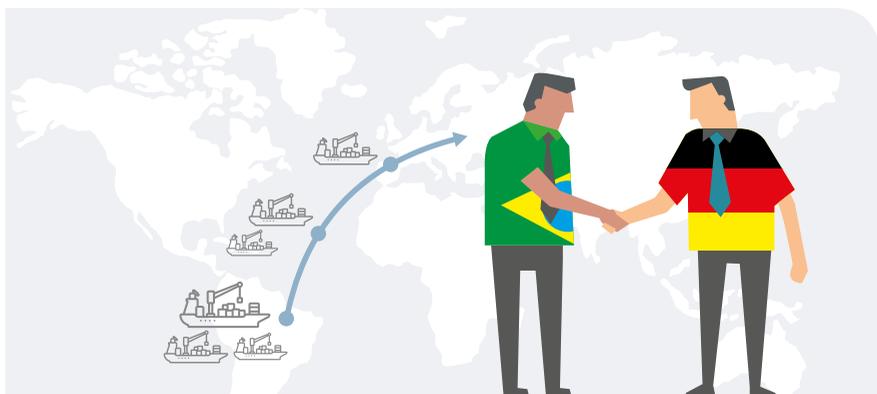
apoio da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (AHK), o encontro ocorre anualmente, com os dois países alternando-se como sede. A próxima edição está marcada para os dias 12 a 14 de novembro do próximo ano, na Fiergs, em Porto Alegre.

Na avaliação de Müller, que acompanhou uma comitiva de 55 empresários e autoridades gaúchas à Alemanha, os resultados do encontro “fortalecem novas perspectivas de cooperação e desenvolvimento entre os dois países”. Neste ano, acrescentou ele, “o 34º EEBA abrigou também a 43ª reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha, fórum de nível estratégico que negocia temas que visam promover a ampliação do intercâmbio bilateral, por meio da implementação da facilitação do comércio e da melhoria do ambiente de negócios para ambos os países”.

Entre os principais assuntos na pauta da comissão, foram debatidos os termos dos acordos contra bitributação, entre o Mercosul e a União Europeia, para compartilhamento de exame de patentes e ainda o Acordo de Céus Abertos entre Brasil e União Europeia, Acordo de Reconhecimento Mútuo entre os Programas de Operador Econômico Autorizado e Acordo Bilateral de Cooperação em Matéria Civil. “Do ponto de vista setorial e privado, o Itamaraty e a CNI também negociaram temas de interesse do Rio Grande do Sul, como é o caso do acesso ao mercado alemão da erva-mate”, detalha Müller. Neste caso, um dos objetivos é “obter o reconhecimento da Alemanha da produção da erva-mate orgânica nacional, assim como a aprovação daquele país do uso de determinadas substâncias já aprovadas pelos nossos organismos em nível local”.

Cobre e carnes lideram a pauta

No ano passado, a corrente de comércio entre Brasil e Alemanha somou US\$ 15,558 bilhões, representando 4,29% do



Relações em baixa

(Exportações brasileiras para a Alemanha continua em retração, valores em US\$ bilhões)

Período	Exportações brasileiras para o mercado alemão	Exportações totais – Brasil	Participação (%)
2011	9,039	256,039	3,53
2012	7,277	242,578	3,00
2013	6,552	242,034	2,71
2014	6,633	225,101	2,95
2015	5,179	191,134	2,71
Jan-out 2015	4,373	160,545	2,72
Jan-out 2016	4,017	153,087	2,62

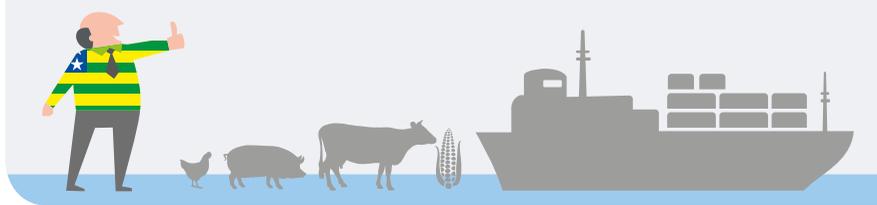
Fonte: Sistema AliceWeb/Mdic

Goiás na contramão

(Exportações goianas para a Alemanha e participação nas vendas externas totais de Goiás, valores em US\$ milhões)

Período	Exportações goianas para o mercado alemão	Exportações totais – Goiás	Participação (%)
2011	169,058	5.605,19	3,02
2012	146,332	7.314,58	2,00
2013	126,166	7.042,67	1,79
2014	90,451	6.979,88	1,30
2015	58,745	5.878,26	1,00
Jan-out 2015	50,457	4.877,66	1,03
Jan-out 2016	57,200	5.204,40	1,10

Fonte: Sistema AliceWeb/Mdic



total, caindo de US\$ 24,253 bilhões em 2011, quando respondeu por 5,03% do valor conjunto das exportações e importações brasileiras. No menor nível em uma década, as vendas externas para o mercado alemão desabaram 42,7% naquele mesmo período, saindo de US\$ 9,039 bilhões para US\$ 5,179 bilhões. Nos primeiros dez meses deste ano, a tendência geral permanece negativa, com recuo de 8,2% no total exportado, saindo de US\$ 4,373 bilhões para US\$ 4,017 bilhões, com queda nos embarques de café torrado (-18,8%), farelo de soja (-13,3%) e minérios de cobre e seus concentrados (-4,1%). Em contrapartida, as exportações de soja em grão saltaram 54,5%, de US\$ 176,2 milhões para US\$ 272,15 milhões.

As exportações goianas para a Alemanha atingiram US\$ 58,745 milhões no ano passado, superando apenas os números de 2001, quando haviam somado US\$ 55,142 milhões. Mas, neste ano, ensaiam uma recuperação, avançando 13,4% na comparação entre os valores acumulados entre janeiro e outubro deste ano e igual intervalo de 2015, evoluindo de US\$ 50,457 milhões para quase US\$ 57,2 milhões. Em torno de 80% dos embarques, no entanto, ficaram concentrados em apenas dois grupos de produtos. As vendas de minérios de cobre aumentaram 88,5%, passando de US\$ 16,598 milhões para US\$ 31,295 milhões (54,7% do total exportado pelo Estado para aquele país), com alta de 27,8% para as exportações de carnes, que somaram US\$ 14,515 milhões.

BITRIBUTAÇÃO E PATENTES NA AGENDA

Numa avaliação geral, retoma Heitor José Müller, os empresários alemães demonstram maior otimismo em relação ao Brasil do que “nós mesmos vivenciamos aqui dentro, porque sabem que nada é peregrino, e elogiam a capacidade que o Brasil



■ **Heitor José Müller:** “Empresários alemães estão ávidos por parcerias, sobretudo entre empresas de base tecnológica e com inovação”

sempre demonstrou de sair rapidamente das crises”. Ainda segundo ele, a Alemanha parece disposta a estreitar relações com o Brasil e o Rio Grande do Sul, em particular, “e os empresários alemães estão ávidos por parcerias, sobretudo entre empresas de base tecnológica e com inovação”.

Entre os vários temas tratados pelo Itamaraty durante o encontro e acompanhados pela CNI, Müller destaca como um dos mais importantes as negociações para a conclusão de um acordo entre o Mercosul e a União Europeia. O setor privado, prossegue ele, não só apoia o acordo como considera fundamental o empenho técnico e político de parte a parte neste momento em que ocorre a troca de listas de ofertas no âmbito comercial.

Na mesma linha, a aprovação dos acordos bilaterais para evitar a dupla tributação e de compartilhamento de exame de patentes é igualmente considerada estratégica, principalmente quando se considera que “o Brasil abriga cerca de 1,6 mil empresas alemãs, entre as principais multinacionais daquele país”.

No caso das patentes, o objetivo é

dar celeridade às análises de concessão e ampliar a cooperação entre os Institutos de Propriedade Intelectual do Brasil e da Alemanha. Já o acordo contra a bitributação é prioridade para o setor privado, na medida em que aumentará a segurança jurídica e a competitividade das empresas nos negócios bilaterais. “Em Weimar, houve avanços no sentido de abrir este canal por parte da Alemanha, que irá tratar o tema como prioridade, já que possui o apoio do setor privado de ambos os países”, comenta Müller.

Durante o encontro, a CNI e o Itamaraty deram prosseguimento às conversações com a diplomacia alemã para avançar num tratado nos moldes do Acordo de Cooperação em Matéria Civil já existente com a França, que poderá dispensar de validação consular documentos públicos emitidos em ambos países. “Este avanço contribuiria para a facilitação do comércio e investimentos entre os países, bem como para as questões de natureza documental civil”, avalia o presidente da federação gaúcha. ■



A Câmara que queremos

Passados dois meses desde que escolhemos representantes no Executivo e elegemos nossos “funcionários” para o Legislativo, os 35 vereadores de Goiânia, novatos ou veteranos, deveriam se perguntar: que tipo de Câmara o goianiense deseja ter?

Em tempos de lava-jato e combate austero à corrupção, bom começo seria cada parlamentar encarar o mandato com seriedade, compreendendo que seu chefe, o eleitor, está mais atento e exigente. Razoável é não perderem de vista que serão cobrados pela opinião pública a ter compromisso com a ética e chamados a mostrar responsabilidade com a gestão pública. É nesta linha que o comprometimento com o cidadão deve ser uma obsessão.

Cada um dos vereadores também faria um bem coletivo por executar com eficácia seu trabalho parlamentar. Como agentes políticos, eleitos para a função através do voto direto e secreto, nossos parlamentares municipais devem representar seus eleitores desempenhando com maestria as atribuições constitucionais de criar, extinguir e emendar leis que estejam em consonância com as necessidades de quem os elegeu. Apenas titular praças, mudar nomes de ruas e conceder medalhas emperraram o desenvolvimento da cidade, atrapalham o crescimento do município e colocam em xeque a competência técnica para o cargo.

Não se furtar à responsabilidade de fiscalizar e controlar externamente as contas públicas é outro importante ingrediente que não poderá faltar à nova legislatura. Incumbida pela Constituição Federal de acompanhar a execução do orçamento municipal e verificar a legalidade de atos do Executivo, é dever da Câmara avaliar ininterruptamente a gestão do Prefeito sem servilismo e bajulação. Cumprir à risca a tarefa legal e moral de monitorar as finanças públicas, zelando pelo dinheiro dos contribuintes, dará aos próximos vereadores uma chance para resgatar a tão manchada imagem da classe política.

Na qualidade de servidores escolhidos pelo povo,

“Bom começo seria cada parlamentar encarar o mandato com seriedade, compreendendo que seu chefe, o eleitor, está mais atento e exigente”

JOSÉ CARLOS PALMA RIBEIRO, presidente do Sindilhojas-GO

os vereadores precisarão retomar o diálogo com a sociedade, ouvir os cidadãos e discernir o que é melhor para o goianiense. Salutar e urgente é que os eleitos em outubro estejam compromissados com o fortalecimento da economia local e busquem a geração de empregos. Neste caso, se comunicar com as entidades classistas é preponderante.

O setor produtivo se coloca à disposição de nossos próximos representantes para discutir projetos, sugerir ações e corrigir deformidades que estão travando o desenvolvimento da cidade. Caberá à nova Câmara ouvir o segmento e apresentar matérias bem estruturadas, com foco na desburocratização municipal (inadmissível esperar até quatro meses por uma licença ambiental), voltadas para a aplicação eficiente dos recursos públicos e focadas na priorização do ajuste de gastos. O conjunto da obra - Executivo eficiente + Legislativo atuante - vai tonificar o ambiente de negócios e colocará Goiânia na rota da modernidade.

Ao longo do período eleitoral, 51 entidades do setor produtivo emitiram “sinais vitais” para os candidatos. Através do Projeto Vinte e Um, eles foram lembrados acerca do comportamento esperado para um parlamentar. Os cidadãos deram um voto de confiança. Agora eleitos, os 35 escolhidos serão cobrados, monitorados e fiscalizados. ■

Qualidade, o nome do jogo



■ **Pedro Júnior e o filho Renan Marra, gerente comercial:** pioneirismo na adoção de tecnologias inovadoras sustenta avanços da empresa

Poligráfica multiplica de tamanho em seus 40 anos de vida e deve incrementar aposta no segmento editorial, com foco em livros didáticos

Ao longo de quatro décadas desde sua fundação, na Rua 2, na região central de Goiânia, a Poligráfica esmerou-se na produção e prestação de serviços gráficos de alta qualidade, investindo constantemente em tecnologias inovadoras e, em muitos casos, de forma pioneira no Estado. Sua atuação lhe valeu os prêmios Aquino Porto e Top of Mind, conferidos respectivamente às gráficas que mais se destacam no Estado e às marcas mais lembradas pelo público.

“Fomos os primeiros a implantar o fotolito a laser e também a usar a tecnologia CTP (ou computer to plate, processo computadorizado de gravação das chapas usadas na impressão off-set, que dispensa fotolito) e os primeiros a ter impressão digital”, afirma Antônio Cassiano da Cunha, fundador e atualmente diretor administrativo da empresa. A marca da Poligráfica é a inovação e a qualidade, reforça Pedro da Cunha Júnior, diretor comercial, irmão e sócio de Antônio.

No ano de sua fundação, 1976, Antônio comprou uma fábrica de carimbos, ao lado da antiga Papelaria Roriz, para instalar a gráfica, que já nasceu com o nome

Poligráfica. Dois anos após, houve a mudança para a Avenida Anhanguera, no Setor Aeroviário. “Naquela época, já tínhamos comprado todo o equipamento gráfico e passamos a produzir caixas para camisa, cartongem em geral, blocos e notas fiscais, entre outros”, relembra Antônio.

Em 1977, o então prefeito de Aparecida de Goiânia, Freud de Melo, doou à Poligráfica uma área de 2.045 m² na Vila Brasília, próxima ao Jardim Botânico, em projeto aprovado naquele mesmo ano pela Câmara Municipal. A mudança para a sede definitiva, no entanto, somente ocorreria em 1983, embora a empresa tenha providenciado seu registro no município ainda em 1982. “Lembro que não tinha qualquer infraestrutura na região. Tive de pagar para instalar uma rede especial de telefonia para vir para cá”, comenta Antônio.

Não foi único investimento então. A Poligráfica passou a adotar a tecnologia off-set, processo que se tornaria digitalizado mais à frente, e construiu prédio de 180 m² para abrigar o maquinário e sua nova sede. Nos anos seguintes, com a aquisição de novos lotes, a área foi ampliada para quase 4,5 mil m² e as edificações passaram a ocupar 2,3 mil m², enquanto o total de empregados saltou de apenas oito, logo após a mudança para a Vila Brasília, para um número que tem flutuado entre 60 e 65 funcionários.

A política de atualização e modernização permanente de técnicas e processos leva a Poligráfica a participar dos principais eventos na área, incluindo a sexagenária Feira Internacional de Mídia e da Indústria Gráfica, Publicação e Papel (Drupa, na sigla em alemão), realizada a cada quatro anos em Dusseldorf, na Alemanha, maior evento do setor gráfico no mundo.

Os planos da empresa incluem, nesse momento, foco mais definido no segmento editorial, especialmente na área de livros didáticos, com lançamento de títulos próprios, em parceria com escritores e especialistas renomados. “Não vamos esperar que os pedidos cheguem. Vamos ofertar ao mercado, sempre com serviços de qualidade”, sustenta Antônio. Segundo Pedro Júnior, a mercado gráfico como um todo apresenta tendência de retração nesse momento, mas com algum avanço no setor educacional. “As leis trabalhistas e ambientais e o excesso de burocracia desanimam qualquer empresário a investir”, afirma ele. ■



■ Bruno Beraldi: “Temos preocupação em manter uma política de investimentos constantes em qualidade na produção”

Quando o carnaval chegar

Termopot investe em qualidade para preservar e ampliar seu mercado e monta política permanente de capacitação de pessoal para 2017

Líder no mercado de produtos plásticos descartáveis no Centro-Oeste, a goiana Termopot Descartáveis Plásticos espera inaugurar 2017 com novidades para consolidar sua participação no setor e acelerar o ritmo de crescimento de seu negócio. Entre janeiro e fevereiro, adianta Bruno Beraldi, diretor-geral da empresa e presidente do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás (Simplago), a empresa deve apresentar ao mercado novidades na linha de produção e ainda na política de recursos humanos. A ideia é diversificar o portfólio de produtos e aproveitar o carnaval para movimentar as vendas.

“O projeto ainda está em andamento e investimos em pesquisas internas e de mercado”, acrescenta o empresário. Num projeto mais estrutural, a Termopot pretende entrar 2017 com uma política interna de capacitação e qualificação de recursos

humanos integralmente renovada e focada no longo prazo. A proposta é começar a investir na formação de pessoal desde a entrada do trabalhador na empresa, com a implantação de nova estrutura interna de cargos e salários. “Temos preocupação em manter uma política de investimentos constantes em qualidade na produção, melhoria e modernização de processos, qualificação de pessoal, com cursos e treinamento, e ainda em pesquisa e desenvolvimento”, observa Beraldi. Em média, a empresa reserva 1,5% do faturamento para investimentos naquelas áreas.

Essa estratégia lastreada na qualidade de seus produtos, reforça ele, permitiu que a empresa fidelizasse clientes e até avançasse em alguns mercados neste ano, possibilitando que a Termopot conseguisse fazer frente às pressões de grandes fabricantes de descartáveis de Santa Catarina e de São Paulo. Esses grupos forçaram uma baixa

nos preços dos produtos neste ano e muitos concorrentes, para se manter no mercado, acabaram reduzindo também a gramatura dos copos, produzindo peças mais finas e, portanto, de menor qualidade. “Fizemos o contrário, mantivemos nossa qualidade na produção e nossa estratégia se mostrou acertada”, destaca.

O controle e aprimoramento dos processos, desde a mistura de matéria-prima para a produção de bobinas de plástico até à confecção final dos copos, tornaram possível manter a produção com menor uso de mão de obra, que foi reduzida de 220 para 134 funcionários desde 2012. “Reduzimos um turno de pessoal e preservamos a produção, investindo em melhorias, modernização do layout da fábrica e em qualificação de pessoal”, aponta Beraldi. Há 13 anos no mercado, a empresa processa em torno de 420 toneladas por mês de poliestireno e espera aumentar o volume de vendas neste ano em 5,5%, saindo de um avanço de 8% em 2015. “O aumento do volume foi feito para compensar as margens, que tendem a crescer 3% neste ano.” ■



■ Estudantes da MEQ Lego, das escolas Sesi e Senai Catalão, vencedora do Festival de Robótica, com equipe do Sesi

FESTIVAL DE ROBÓTICA / A equipe MEQ Lego, das escolas Sesi e Senai Catalão, foi a grande vencedora do Festival Sesi de Robótica First Lego League, realizado durante a Olimpíada do Conhecimento, entre 10 e 13 de novembro, em Brasília. Os estudantes apresentaram um projeto para melhorar a reprodução de peixes afetados por antibacterianos, superando 26 equipes de escolas do Sesi de todo o País que disputavam a segunda etapa do Festival de Robótica. Na primeira etapa, que envolveu 27 escolas públicas, o Colégio da Polícia Militar de Goiás Ayrton Senna, no Jardim Colorado, apadrinhado pelo Sesi desde 2013, ficou em 3º lugar. Ao todo, a disputa envolveu 500 competidores, dos quais 18 de Goiás. Equipes de escolas Sesi de Goiânia (Canaã e Planalto), Catalão e Rio Verde participaram do lançamento da Turma da Robótica, produção de vídeos oficiais para veiculação em rede nacional. Paralelamente ao festival, a Mostra Sesi de Ciências e Engenharia, em parceria com a Febrace/USP, reuniu 45 competidores, entre eles 9 de Goiás, com apresentação de projetos voltados para tecnologia, ciências sociais, alimentos e cosmetologia, desenvolvidos pelas escolas Sesi Jundiá (Anápolis), Minaçu e Niquelândia.

Alex Malheiros



GOIÂNIA DO FUTURO / O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, participa da solenidade em que o Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Goiânia (Codese), presidido por Renato de Souza Correia (centro), concedeu título de presidente de honra ao prefeito eleito da capital, Iris Rezende. Na ocasião, uma cápsula do tempo, que será aberta em 2033, ano do centenário de Goiânia, foi preparada para armazenar informações destinadas a gerações futuras.

SAÚDE E INOVAÇÃO / Lançada em 16 de novembro, na Casa da Indústria, a Câmara Setorial de Medicamentos e Produtos para a Saúde do Estado de Goiás (Casmed-GO) será presidida por Maria Cecília Martins Brito, superintendente de Vigilância em Saúde, na foto com o presidente do Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Heribaldo Egídio, o secretário estadual de Saúde, Leonardo Vilela, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e o presidente-executivo do Sindifargo, Marçal Henrique Soares. O objetivo é fomentar a inovação e o desenvolvimento tecnológico, identificando e sanando os problemas para o avanço dos segmentos.



ALIMENTO CONFIÁVEL - 1 / A necessidade de desenvolver o setor e conquistar mercados para a indústria goiana de alimentos levou o Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg), a desenvolver o Programa Alimento Confiável, que prevê ações para “qualificar e diferenciar os produtos desenvolvidos em Goiás”, segundo Sandro Mabel (foto), presidente da entidade. “Resolvemos adotar ações mais objetivas para desenvolver a cultura da qualidade e a melhoria dos processos nas indústrias, trazendo com isso maior diferencial competitivo através da garantia de segurança sanitária dos alimentos produzidos em Goiás, possibilitando assim, o acesso a novos mercados”, complementa.



ALIMENTO CONFIÁVEL - 2 / Com aplicação de técnicas de compliance, prossegue Sandro Mabel, foi desenvolvida uma metodologia para o programa, baseada na RDC 275/2002, da Anvisa, que estabelece um marco sanitário e normas de boas práticas de produção para a indústria de alimentos. Depois de submetidas a auditoria destinada a avaliar a conformidade da legislação e após atestar que a indústria cumpre os requisitos legais, diz Mabel, ela estará autorizada a usar o selo Alimento Confiável em seus produtos. “É um certificado de segurança para o consumidor e um diferencial competitivo para as indústrias”, avalia o empresário.

ALIMENTO CONFIÁVEL - 3 / O programa foi desenvolvido com apoio da Unifesp, Unicamp, Vigilância Sanitária (Estadual e Municipal), Sebrae, Indústria de Soluções e ICQ Brasil e foi, recentemente, incluído no Catálogo Online de Boas Práticas Sindicais da Confederação Nacional da Indústria (CNI). “Defendemos que quem efetivamente representa as empresas são os sindicatos. Entendo que os demais sindicatos vejam isso como um exemplo a ser seguido por todos eles”, afirma o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, ao elogiar a iniciativa do Siaeg.

NOVEMBRO AZUL / A exemplo da mobilização que ocorreu no Outubro Rosa, todo o Sistema Fieg se engajou na campanha Novembro Azul – Homem que é Homem Cuida da Própria Saúde, destinada a conscientizar sobre o câncer de próstata. Na foto, a bandeira do movimento hasteada no alto da Casa da Indústria, na Vila Nova, sede da Fieg.



Alex Malheiros

MINI-ETE DUPLAMENTE PREMIADA / Desenvolvido em parceria pela Toctao Engenharia e Escola Senai Vila Canaã, de Goiânia, o projeto Ecoágua (Mini-Ete), uma miniestação compacta de tratamento de efluentes de obras, acaba de conquistar duas importantes premiações, ao vencer o 1º Prêmio Sinduscon de Boas Práticas (Construir Mais), na categoria Inovação, o Prêmio Crea de Meio Ambiente, na categoria Inovação Tecnológica. Construída com recursos do Edital SENAI SESI de Inovação, a máquina portátil minimiza os impactos ambientais causados pelo consumo de recursos hídricos nas construções. Com o equipamento, a água suja gerada nos processos de pintura, produção de argamassas, na limpeza dos caminhões betoneira e no chuveiro do vestiário poderá ser tratada e reutilizada para outros fins, exceto para consumo humano. O Ecoágua é ainda finalista do Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade.



Diretor da Toctao, Geraldo Magela da Silva, gestora ambiental, Cinthia Martins, e equipe do Senai: Lucas José dos Santos, Júlio César Barbosa Mota, Adriana Antunes, Christiane Starling, Cristiane Neves e Hélio Vilaça, em noite de premiação

ATA CARNET / Desde novembro as federações das indústrias dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, do Amazonas, Pernambuco e da Bahia passaram a emitir o ATA Carnet, documento aduaneiro reconhecido por 75 países e que facilitará a exportação temporária de produtos ou equipamentos destinados, por exemplo, a feiras, mostras e mesmo shows e apresentações fora do País, sem a incidência de impostos. Com menor burocracia, o ATA Carnet deverá estimular a participação de empresas brasileiras no mercado internacional e atrair eventos para o País. No primeiro semestre de 2016, em todo o mundo, foram emitidos 95.846 documentos, amparando mais de US\$ 11 bilhões em bens. Os países que mais usam o instrumento são Suíça, Alemanha, Estados Unidos, França, Itália e Japão.



DOCUMENTO ÚNICO / O Brasil é o primeiro país do Mercosul a aderir ao sistema. A CNI venceu o edital público para ser a instituição garantidora e emissora do ATA Carnet durante cinco anos. Desde julho, a Receita Federal já reconhece o documento emitido pelos demais países para a entrada de bens no País. Um único documento, que pode ser usado por pessoas físicas e jurídicas, reúne todas as informações que devem ser apresentadas na aduana de saída e de entrada, tornando mais rápidos os trâmites aduaneiros. Até o início de 2017, o sistema de emissão presencial funcionará em todas as 27 federações de indústria estaduais. Também é possível solicitar o ATA pela internet, no site: www.ata.cni.org.br. O custo do documento, que pode ser emitido em até 48 horas, varia entre R\$ 442,97 a R\$ 931,14, dependendo do valor do bem segurado. ■

Senai e IEL não saem da cabeça dos goianos

Na 24ª edição do Pop List, as instituições do Sistema Fieg se mantêm, ininterruptamente, no grupo das 57 marcas mais influentes do Estado

O Senai e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), instituições do Sistema Fieg, consolidam a liderança no ranking do Pop List, do jornal O Popular, pesquisa que chega a sua 24ª edição, como marcas mais lembradas, respectivamente, nos segmentos Curso Profissionalizante e Entidade de Encaminhamento de Estágio. Realizado anualmente pelo Instituto Verus, o estudo de mercado mede o grau de fixação na mente do consumidor das marcas de produtos e empresas de diversos segmentos econômicos, em Goiânia e Rio Verde.

Responsável pela qualificação profissional para a indústria, em diversos níveis, o Senai conquistou o prêmio, em 2016, pelo 9º ano consecutivo, enquanto o IEL, cada vez mais referência para estudantes, empresas e instituições de ensino, se mantém no topo do ranking pela quarta vez ininterruptamente – ambos desde que as respectivas categorias passaram a ser pesquisadas. Em Goiânia, a premiação das 57 marcas mais lembradas foi realizada no CEL da OAB, em festa com cerca de 600 pessoas. Em Rio Verde, na 11ª edição do Pop List, realizado pelo jornal O Popular e pela TV Anhanguera, o Senai figurou, pelo 7º ano consecutivo entre 24 marcas de 26 segmentos mais fixadas nas mentes dos consumidores. A entrega do prêmio reuniu cerca de 350 pessoas. ■

■ **Equipes do Senai (no alto e abaixo) e do IEL (centro) recebem troféu Pop List, em Goiânia e Rio Verde**



Fotos: Alex Malheiros e Valdemey Teixeira



Jéssyca Lobo



■ **OURO** / A designer e empresária Bárbara Porto (foto), que há três anos abriu sua fábrica de acessórios no Jardim América, em Goiânia, lançou em novembro sua nova coleção. Denominada Geometry, a linha traz peças com banho de ouro que ela desenhou inspirada em formas geométricas.

■ PISCINA E PRÊMIOS /

Atletas de elite do Goiás Esporte Clube, clube patrocinado por indústrias goianas como o Arroz Cristal, do empresário Walterdan Madalena, Matheus Furtado (foto), de 14 anos, e Eduarda do Vale, de 13, fizeram bonito no Campeonato Goiano de Verão, no Sesi Clube Ferreira Pacheco, em novembro, com conquistas nas modalidades nado livre e medley, respectivamente.



Livia Ribeiro Lima Furtado

■ **HOTEL REAL EXECUTIVE** / Os irmãos Raquel, Ricardo e Renata Rodrigues lançaram seu mais novo empreendimento, o Hotel Real Executive, em Aparecida de Goiânia. O trio comanda o Grupo Sol, de hotelaria e construção, que inovou no hotel de 107 apartamentos, com espaço para realização de convenções e outros eventos corporativos. Na foto, com o pai deles, Roberval Rodrigues, fundador do grupo, e Maria Antônia Gonçalves da Costa.



Rodrigo Estreia



Rodrigo Estreia

■ **DREAM PARK** / Os empresários e sócios no projeto Dream Park Aroldo Silva, Avaci Tavares, Orlando Júnior e Bruno Tavares apresentaram, em novembro, o primeiro parque aquático da Região Metropolitana de Goiânia, prometido para ficar pronto em 2018. O complexo, em Hidrolândia, terá praia de areia com piscina de ondas, brinquedos aquáticos e rio lento

Sérgio Amaral/CNI

■ **Elda Ribeiro (direita)** desfila com a modelo Emanuela de Paula



■ **NOIVA FASHION /** Em noite de glamour em Brasília, desfile estrelado pela super-top Emanuela de Paula, em Brasília, exibe peça de Elda Ribeiro, aluna do curso técnico em vestuário da Fatec Senai Ítalo Bologna, de Goiânia, vencedora do concurso Senai Brasil Fashion, promovido pelo Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil (Cetiqt), do Rio de Janeiro. Uma das 12 selecionados de grupo de 28 alunos da Rede Senai em todo País, ela criou 15 looks inspirados no tema Releitura do Vestido de Noiva, sob orientação do estilista Ronaldo Fraga. Também ajudaram na criação das mini-coleções os estilistas Alexandre Herchcovitch, Lino Villaventura e Lenny Niemeyer. O concurso integrou a programação da Olimpíada do Conhecimento do Senai, de 10 a 12 de novembro.

■ **PÃO E BRONZE /** Aluna do Senai Itumbiara, Sandra Regina dos Santos (na foto, à direita, puxando a delegação goiana) conquistou medalha de bronze na ocupação de padeiro nas provas práticas do Sistema de Avaliação da Educação Profissional (Saep), realizadas durante a Olimpíada do Conhecimento. Portadora da Síndrome de Down, ela concorreu com outros sete alunos na categoria Pessoas com Deficiência (PcD). Eles tiveram que produzir três tipos de pães, sendo um deles obrigatoriamente o tradicional pão francês.



Alessandra Curado

■ **COM ELEVADOR PARA CARRO /** Ricardo Reis, da GPL Incorporadora (esquerda) e Mário Roriz (Town) e suas respectivas mulheres, Andrea Carrijo e Inês Paniago, no lançamento do Parque Arquitetônico Privativo, duas torres residenciais no coração do Setor Marista, vizinho do Shopping Bougainville. O empreendimento terá o primeiro elevador para carros do Brasil, com possibilidade de o morador estacionar o veículo dentro do apartamento.



Ultrapra Machado

SUA SIPAT FICA MELHOR COM O SESI

Todas as soluções de que sua
empresa precisa em um só lugar.

Incríveis Palestras Show e Stand Ups



Teatros



Aulão motivacional



Odontologia móvel



Minicursos



Espaço Zen



Palestras

Leve Inovação em segurança para sua empresa.

Alguns de nossos temas:

- DST e AIDS • Diabetes, Colesterol e Hipertensão • Tabagismo e Alcoolismo • Drogas
- Dengue, Zika e Chikungunya • EPI e Prevenção de Acidentes • Ergonomia, LER e Dort
- Higiene Pessoal • Saúde Bucal • Meio Ambiente • Gerenciamento 5S
- Qualidade de Vida • Segurança no Trânsito • Combate a Incêndios

Informações:

Goiânia: 4002 6213 | Demais Localidades: 0800 642 1313



SIGEGO

ELEIÇÕES / O empresário Antônio Almeida (foto) foi reeleito à presidência do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás (Sigego) para o triênio 2016-2019. Os cargos de primeiro e segundo vice-presidentes serão ocupados, respectivamente, por Geraldo José de Moura Filho e Jair de Melo Gonçalves. Fazem parte ainda da diretoria eleita os empresários Marcos Antônio do Carmo, Waldemir Cirillo da Silva Júnior, Leopoldo Moreira Neto e Getúlio Martins de Oliveira.



CONVENÇÃO COLETIVA / O Sigego concluiu com sucesso as negociações para firmar a convenção coletiva de trabalho 2016-2017, acertando reajuste de 7,50% para os trabalhadores do setor gráfico em Goiás, que têm data-base no dia 1º de maio.

EMBALAGENS / Em parceria com a Fieg, o Sigego promoveu, no dia 6 de outubro, na Casa da Indústria, a palestra Oportunidade para Indústria Gráfica no Segmento de Embalagens, com o especialista Fábio Mestriner. Professor coordenador do Núcleo de Estudos da Embalagem da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), de São Paulo, ele também coordena o Comitê de Assuntos Estratégicos da Associação Brasileiro de Embalagem (Abre).

Gerardo Lazzari

**SINDTRIGO**

CONGRESSO DO TRIGO / Representado por seu presidente, Sérgio Scodro, e pelos diretores Murilo Rodrigues da Cunha e André Lavor, o Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste (Sindtrigo) participou do 23º Congresso Internacional do Trigo (foto), realizado em Campinas (SP), pela Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), entre 16 e 18 de outubro. Com presença de mais de 500 empresários, técnicos, analistas de mercado, expositores e autoridades, o congresso tratou de temas relevantes para a indústria do setor, como qualidade, sanidade, regulação e saudabilidade do cereal.

SIFAEG/SIFAÇÚCAR

OS MAIS INFLUENTES / O presidente executivo dos sindicatos da Indústria de Fabricação de Etanol e da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás (SifaeG/Sifaçúcar) e do Fórum Nacional Sucreenergético, André Rocha (foto), recebeu no dia 19 de outubro, em São Paulo, o prêmio os Mais Influentes do Setor pela pesquisa MasterCana 2016. A iniciativa é da empresa Procana, que edita o Jornal Cana.



Divulgação Procana

Silvio Vital



SINDUSCON-GO

PRÊMIO ÀS MELHORES PRÁTICAS / O Construir Mais – 1º Prêmio Sinduscon-GO de Boas Práticas distinguiu, no dia 18 de novembro, as empresas da indústria da construção que desenvolveram as melhores práticas nas categorias Meio Ambiente, Inovação (Toctao Engenharia), Responsabilidade Social (Pontal Engenharia) e Saúde e Segurança do Trabalho (Vega Construtora e Incorporações). Promovido pelo Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás, o certame recebeu, no total, 40 trabalhos nas quatro categorias.

■ **Carlos Alberto Moura** (Sinduscon-GO), governador **Marconi Perillo**, **Renato Correia**, **José Gonçalves Vieira Filho** (Vega Construtora), **Geraldo Magela** (Toctao), **Ivo Correia** (Pontal) e **Bruno Alvarenga** (Toctao)



ENCONTRO DA CONSTRUÇÃO /

Além do troféu Construir Mais, as empresas vencedoras em cada uma das categorias receberam certificado de participação e os profissionais que coordenaram cada um dos projetos vencedores, juntamente com um acompanhante, foram agraciados com inscrição, passagem e hospedagem para o 89º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), que será realizado em Brasília, de 24 a 26 de maio de 2017.

SINDALIMENTOS

EXPOALIMENTARIA / O presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos), **Wilson de Oliveira**, participou da missão comercial da Fieg à Expoalimentaria, realizada em Lima, capital do Peru, no Centro de Exposições Jockey, de 28 a 30 de setembro.

“A Expoalimentaria é um evento de ponta, com presença de empresas conceituadas mundialmente que destacam tudo aquilo que elas têm de melhor em produtos, serviços, tecnologia e inovação”, afirma **Oliveira**, destacando ainda a oportunidade de intercâmbio com empresários e lideranças dos segmentos de alimentação e bebidas. O Peru, disse ainda, tem um circuito gastronômico reconhecido internacionalmente e também se destaca na produção e exportação de vários produtos, dentre eles, o café orgânico.

MUNDO SENAI / A Fieg Regional Anápolis, o Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) e o Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo) prestigiaram a 7ª Edição do Mundo Senai (foto). Representaram as entidades: **Darlan Siqueira**, **Anastácios Apostolos Dagios** e **Marçal Henrique Soares**, respectivamente. O evento ocorreu no dia 28 de setembro, na Faculdade Senai Roberto Mange, com participação de estudantes, empresários e autoridades. Neste ano, a programação foi reforçada com a solenidade de entrega das novas instalações do Instituto Euvaldo Lodi (IEL).





FIG ANÁPOLIS

FÓRUM NACIONAL / O presidente da Fieg Regional Anápolis, Wilson de Oliveira, participou do 3º Fórum Nacional CACB Mil, da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil. O evento reuniu cerca de mil empresários de todas as regiões do País, no Centro de Convenções Windsor Oceânico, no Rio de Janeiro, nos dias 17 e 18 de outubro. Participaram ainda o presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), Anastácios Apostolos Dagios, o empresário Ubiratan da Silva Lopes, presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás (Faciag) e também membro da diretoria da CACB, e o assessor Darlan Siqueira. No encerramento do fórum, foi apresentada a Carta do Rio, com a síntese do pensamento dos empresários, endereçada ao presidente da República, Michel Temer.



SIMMEA

CONVENÇÃO COLETIVA / O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simmea) reuniu-se no dia 25 de outubro, sob a presidência do empresário Robson Peixoto Braga. Na oportunidade, vários assuntos de interesse do segmento foram debatidos, com destaque para a avaliação prévia da Convenção Coletiva de Trabalho de 2017, a ser negociada com a representação dos trabalhadores. A diretoria também discutiu os detalhes da festa de confraternização de final de ano, que vai ocorrer no dia 2 de dezembro.

VENHA PARA GOIÁS / A Fieg Regional Anápolis e o Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo) participaram do Go To Goiás, no dia 28 de setembro, em Brasília. O evento, realizado no Clube das Nações pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, por meio da Superintendência de Comércio Exterior, contou com representantes de 67 países e agentes de negócios internacionais para conhecer as potencialidades econômicas e turísticas e culturais do Estado. A Fieg Regional Anápolis e o Sindifargo foram representados por Darlan Siqueira e Marçal Henrique Soares, respectivamente (foto).



CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES / A Fieg Regional Anápolis e os sindicatos das indústrias compõem o Conselho Municipal dos Contribuintes. No dia 29 de setembro último, a Prefeitura de Anápolis, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, empossou os novos membros do colegiado (foto) para o biênio 2016-2018, dentre eles Patrícia Oliveira e Marçal Henrique Soares, que vão representar os contribuintes no conselho, cujo objetivo é apreciar e julgar os recursos administrativos interpostos e, também, pronunciar-se pela correta aplicação da legislação tributária.

SINDIFARGO

TREINAMENTO PARA PROFISSIONAIS /

O Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo) realizou, no dia 11 de outubro, o treinamento (foto) *Revisão Periódica de Sistemas de Purificação de Água*, destinado aos representantes das indústrias que atuam nos setores de assuntos regulatórios, controle e garantia da qualidade e de desenvolvimento. O evento, realizado no miniauditório da Faculdade Senai Roberto Mange, contou com apoio da Fieg Regional Anápolis e do Senai. A ministrante foi a consultora Alessandra Tomazzini, da T&B Pharma Consulting.



MISSÃO AOS EUA E CANADÁ / O presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Heribaldo Egídio, fez balanço positivo da missão comercial ao Canadá (foto) e aos Estados Unidos, de 19 a 29 de setembro. Segundo ele, foi cumprida extensa agenda nos dois países, capitaneada pelo governador Marconi Perillo e pelo presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira. Egídio ressaltou que a missão foi muito bem estruturada, com realização de encontros com autoridades políticas e empresariais do Canadá e dos EUA, de rodadas de negócios e seminários para a divulgação das potencialidades de Goiás. Conforme observou, a indústria goiana de medicamentos foi bastante evidenciada nesta divulgação, despertando grande interesse dos interlocutores internacionais.

INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL /

O Sindifargo apoiou o Dia D de Inclusão Social e Profissional das Pessoas com Deficiência e dos Beneficiários Reabilitados do INSS. O evento (foto) foi realizado no dia 23 de setembro pela Superintendência Regional do Trabalho em Goiás (SRT/GO), com colaboração do Sistema Nacional de Emprego (Sine), do Senac, do Sistema Fieg (Sesi, Senai e IEL), Sindifargo, Fimtpoder e outras entidades. Mais de 20 empresas se uniram ao Dia D com oferta de vagas a pessoas com deficiência. Também foram parceiros a subseção da OAB e a Prefeitura de Anápolis, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e do Centro Municipal de Atendimento à Diversidade (Cemad).



SINDICER/GO

TERMO DE REFERÊNCIA DA APA JOÃO LEITE / Durante reunião presidida pelo empresário Laerte Simão (foto), o Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicer/GO) apresentou aos membros da diretoria informações relacionadas ao termo de referência sobre a Área de Proteção Ambiental (APA) do João Leite, junto à Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima). Também foi apresentada a planilha de custos do estudo de viabilidade da mineração na APA João Leite. A pauta incluiu ainda diversos outros assuntos de interesse do setor ceramista.



SICMA

ENCONTRO NACIONAL DO SECONCI / O presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), Anastácios Apostolos Dagios, e os diretores Álvaro Otávio Dantas Maia e Ubiratan da Silva Lopes (foto) participaram do Encontro Nacional de Seconcis, entre os dias 22 e 23 de setembro, em Curitiba. O presidente do Sicma, Anastácios Apostolos, ressaltou que o Sicma estuda a possibilidade de viabilizar a parceria com o Serviço Social da Indústria da Construção (Seconci), ampliando os benefícios para as empresas filiadas ao sindicato.



ALÉM DAS METAS / Fechado o balanço, o Dia Nacional da Construção Social (DNCS) superou as metas estabelecidas para o evento. Os dados foram apresentados durante a última reunião de diretoria do Sicma (foto), ocorrida no dia 19 de setembro, pela gerente da unidade do Sesi Jaiara, Nara Núbica Costa. A meta prevista de 1,5 mil participantes e de 5 mil atendimentos, nesta terceira edição do DNCS. Conforme os números apresentados, o número de participantes chegou a 2.481 e o de atendimentos, a 7.517.

SEGURANÇA E SAÚDE DA CONSTRUÇÃO / O Sicma participou do 2º Encontro Nacional de Segurança e Saúde da Construção do Brasil, realizado no Unique Plaza, em Brasília, no dia 27 de setembro, pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da Comissão de Políticas e Relações Trabalhistas, com co-realização do Sesi Nacional. O Sicma marcou sua participação no encontro com presença de Luiz Antônio Rosa e Firelênio Wesley Fraga e Darlan Siqueira (foto).



SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás

Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás

Presidente: Alyson Jose Nogueira
Telefone (62) 3224-0121/ 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás

Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax: (62) 3224-8688
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás

Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
Sindcel.go@gmail.com

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeção de Roupas para Homens no Estado de Goiás

Presidente: Daniel Viana
Fone: (62) 3223-2050

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás

Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás

Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás

Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax: (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins

Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarn@terra.com.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás

Presidente: Emílio Carlos Bittar
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás

Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás

Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
Fone: (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás

Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone: (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDIPAO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás

Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 8422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás

Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 3225-9889
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás

Presidente: Jaques Jamil Silvério
Fone: (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás

Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax: (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF

Presidente: Flávio Santana Rassi
Fone/Fax: (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal

Presidente: Domingos Sávio G. Oliveira
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás

Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

Presidente: Hélio Nunes
simelgo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás

Presidente: Jaime Canedo
Fone: (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás

Presidente: Enoque Pimentel do Nascimento
Fone/Fax: (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste

Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3223-9703
sindtrigo@gmail.com

OUTROS ENDEREÇOS

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás

Presidente: Otávio Lage de Siqueira Filho
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano

Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás

Presidente: Carlos Alberto de Paula Moura Júnior
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia

Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás

Presidente: Otávio Lage de Siqueira Filho
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás

Presidente: José Nivaldo de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno
CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691
siagoarroz@hotmail.com

SINDICATOS/ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO - CEP 75113-630
Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3324-5997
fieg.regional@sistemafieg.org.br

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis

Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios
sicma@sistemafieg.org.br

SINDICERGO

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás

Presidente: Laerte Simão
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis

Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás

Presidente: Heribaldo Egidio
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis

Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

Dos sucessos
"Indústria mais forte"
e "Respeito no trabalho".



Para manter o ritmo da indústria, uma dupla de sucesso.

Na indústria, as relações de trabalho dão o tom. Quanto melhores são, mais produtiva a equipe se torna. Por isso a FIEG traz uma playlist de soluções que vão levar a sua empresa ainda mais longe. De workshops a seminários, de consultorias a encontros, tudo para fortalecer as relações no trabalho e a indústria goiana.

Mais informações: www.sistemafieg.org.br





Senai.
Líder na
construção
de carreiras
na indústria.



FIEG
SESI
SENAI
IEL
ICO BRASIL

FIEG SENAI

Pelo 9º ano consecutivo, a marca mais lembrada
na categoria Curso Profissionalizante.